



História da Historiografia: International
Journal of Theory and History of
Historiography

E-ISSN: 1983-9928

historiadahistoriografia@hotmail.com

Sociedade Brasileira de Teoria e História
da Historiografia

Ferreira Furtado, Júnia

Novas tendências da historiografia sobre Minas Gerais no período colonial
História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography,

vol. 2, núm. 2, marzo, 2009, pp. 116-162

Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia

Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=597769322008>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

Novas tendências da historiografia sobre Minas Gerais no período colonial*

New trends in historiography of Minas Gerais in the colonial period

Júnia Ferreira Furtado

Professora Associada

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Bolsista de produtividade em pesquisa CNPq

juniaf@ufmg.br

Avenida Antônio Carlos, 6627

Belo Horizonte - MG

31270-901

Resumo

Este texto pretende analisar a produção historiográfica sobre a capitania das Minas Gerais produzida a partir dos anos 1980, o que aqui denomino “Historiografia sobre Minas Gerais”. Esse momento recente da historiografia colonial mineira foi inaugurado com o livro *Desclassificados do ouro*, de autoria de Laura de Mello e Souza. Pretende-se mapear os temas hegemônicos, as tendências e os recortes teóricos utilizados, destacando a produção acadêmica realizada pelos pesquisadores, especialmente os brasileiros. O texto aponta para a pluralidade das temáticas, fontes e interpretações como característica dessa produção e que a originalidade das novas interpretações ocorreu num contexto de ampla renovação metodológica característica dos estudos históricos no Brasil nas últimas décadas. O texto também procura apontar os novos rumos, as tendências e os contrastes dessa produção historiográfica recente.

116

Palavras-chave

Historiografia; Minas Gerais; Colônia.

Abstract

This text aims to examine historiography production on the captaincy of Minas Gerais produced from the 1980s, which we call the “Historiography of Minas Gerais”. This historiography's recent period was initiated by the book of Laura de Mello e Souza, titled “*Desclassificados do Ouro*”. It is intended to map the hegemonic issues, trends, and the theories, specially the production carried out by academic researchers, mainly the Brazilians. The text points to the plurality of topics, sources and interpretations as characteristic of this generation and the originality of new interpretations occurred in a context of extensive renovation methodological feature of historical studies in Brazil in recent decades. The text also seeks to point the new directions, trends and contrasts the recent historiography production.

Keyword

Historiography; Minas Gerais; Colony.

Enviado em: 14/11/2008

Aprovado em: 05/01/2009

* Este texto foi escrito inicialmente para apresentação no Seminário Internacional sobre Historiografia sobre Minas Gerais, promovido pelo Instituto Amilcar Martins - ICAM, realizado em Belo Horizonte de 19 a 21 de julho de 2004. (Agradeço à professora Laura de Mello e Souza a delicadeza de disponibilizar a consulta do levantamento bibliográfico sobre História de Minas por ela realizado para integrar a 2ª. edição dos “Desclassificados do ouro”, que compõe parte da bibliografia apontada neste artigo.).

1. Os desclassificados do ouro

Até as últimas décadas do século XX, os estudos históricos sobre as Minas Gerais haviam se dedicado eminentemente aos acontecimentos políticos e econômicos da capitania no período colonial. Mesmo o barroco mineiro, enquanto objeto de análise, mereceu abordagens notadamente no campo da história da arte e da literatura (ÁVILA, 1967). Raras foram as exceções, como os trabalhos de Eduardo Frieiro, que abordaram a cultura mineira, os costumes ou a vida social da capitania. Seu livro sobre as leituras que inspiraram os inconfidentes, baseado na análise da biblioteca do Padre Luís Vieira, intitulado *O diabo na livraria do cônego*, (FRIEIRO, 1981) se tornou clássico. Até então, os estudos acerca da capitania das minas do ouro pouco tinham explorado os temas instigantes sobre a vida cotidiana e o universo cultural sugeridos por Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil*, em "Metais e pedras preciosas", ou mesmo em *Caminhos e fronteiras* (HOLANDA, 1994).

Em contraste, por essa época, era o marxismo que exercia influência marcante nas análises sobre a História do Brasil colônia e da capitania Minas em particular, o que fez com que os autores priorizassem os aspectos econômicos da colonização, procurando compreender os impasses e as contradições do Brasil contemporâneo a partir de sua herança ibérica colonial. Análises baseadas nos ciclos econômicos exportadores se tornaram referências obrigatórias quando se tratava de analisar a mineração aurífera ou diamantífera colonial (FURTADO, C. 1980). Nesta dimensão, o período minerador foi compreendido como a fase áurea da história mineira, ao realizar plenamente a vocação exportadora da economia brasileira (PAULA, 1988). O ciclo do ouro seria, nesta medida, de expansão econômica, caracterizado pelo fausto da sociedade, por uma relativa democratização do acesso à riqueza e por uma expansão da vida urbana. Em oposição, o século XIX seria marcado pela ruralização da região, pela endogenia de uma economia agrícola não-exportadora, voltada para o mercado interno, simbolizando a idade das trevas mineira.

Até essa época, a influência de Caio Prado Jr., com sua obra *Formação do Brasil Contemporâneo* (PRADO JR, 1942), de 1942, foi decisiva para a análise da administração mineradora. Em seu livro, ele investigou a sociedade brasileira contemporânea como desdobramento dos elementos constituintes do período colonial, (IGLÉSIAS, 1974) e salientou que o sistema então instalado pela metrópole era caótico e irracional. Transplantado diretamente do modelo português, não se ajustou às especificidades da colônia, pois, extremamente centralizador, parecendo uno e indivisível, provocou na imensidão da colônia uma sensação de desgoverno. A dificuldade de estender o poder metropolitano à periferia da colônia gerou uma situação de indisciplina, que marcou indelevelmente a formação da cidadania brasileira. Para o autor, a imensidão geográfica do Brasil foi determinante na incapacidade das instâncias administrativas portuguesas de se fazerem presentes e de instituírem com

eficiência o mando e a autoridade. Com efeito, a predominância do mundo rural deu vez ao aparecimento de potentados e régulos, que estendiam o domínio do privado, e faziam suas a voz do Estado. Em sentido contrário à tendência dominante, a urbanização mineira seria um freio a esse impulso centrífugo e tornaria em particular o distrito diamantino no raro lócus de uma efetiva presença do Estado metropolitano, representado na região por todo um aparato tributário e fiscalizador opressor (PRADO JR, 1979, 169-185).

Os primeiros ventos de mudança no panorama histórico sobre as Minas setecentistas surgiram em fins dos anos 70. No célebre artigo *Economia do Ouro em Minas Gerais*, de 1978, Wilson Cano chamou a atenção para a necessidade de se estudar a história das Minas a partir de outro contexto que não o da opulência (CANO, 1977). Seu apelo encontrou eco em uma dissertação de mestrado, escrita na aurora dos anos 80, que, por suas perspectivas inovadoras, tanto metodológica quanto temática, se tornou importante marco na historiografia sobre Minas Gerais sobre o período colonial. *Desclassificados do ouro*, de Laura Mello e Souza, (SOUZA, L.M. 1982) provocou uma verdadeira revolução nas interpretações do século XVIII mineiro. Embalada pela influência do capítulo "Vida social" de Caio Prado Jr. e da moderna historiografia social europeia, representada particularmente pelas reflexões de Michael Foucault sobre a microfísica do poder, (SOUZA, L.M. 2006, 9-10) o estudo salientava o universo da pobreza e dos marginais, na esteira da centralização do estado moderno. A autora recusou a noção de riqueza da sociedade mineira e mergulhou no universo dos desclassificados, procurando ao mesmo tempo desvendar o processo de constituição da administração portuguesa na região. Em oposição à bipolarização senhor - escravo, o tema da vadiagem descortinou uma sociedade mineira multifacetada e plural. Nesta medida, o livro despertou o interesse por parte da nova geração de historiadores por objetos que estavam relegados ao esquecimento, entre outros, o cotidiano, o abastecimento, os pobres, as mulheres, as crianças ou o universo social da escravidão das Minas Gerais.

Também na análise da administração e do estado, o texto exerceu profunda influência nos estudos que lhe seguiram. Ao amalgamar a análise de Caio Prado Jr, que via no desgoverno a marca da presença portuguesa, e a de Raymundo Faoro, que acentuava o centralismo e o controle efetivo da região por parte das autoridades, (FAORO, sd.) Laura de Mello e Souza cunhou a expressão "o agre e o doce", como representativa da forma como o poder metropolitano se efetivou na colônia, a partir do estudo de caso das Minas Gerais. De um lado, as autoridades metropolitanas pareciam se agigantar, pois uma vez longe do centro do poder – o rei –, esses funcionários tomavam para si a voz do soberano, de outro, a imensidão rural da capitania facilitava o alargamento do poder privado e acentuava a sensação de desgoverno (SOUZA, L.M. 1982, 91-140).

Desclassificados do ouro também se debruçou sobre a posição e o tipo de vida desfrutada por homens e mulheres na capitania, demonstrando que a mesma era decorrente de suas posses. A massa de pessoas de cor e mestiças que infestavam a região vivia em eterna instabilidade e à margem da sociedade

senhor-escravo que se institucionalizara. A autora aponta que a sociedade mineradora antes de ser a sociedade da riqueza, nivelou a população por baixo, democratizando a pobreza e gerando uma massa significativa de desclassificados sociais. Entre esses, a vida corria completamente fora do controle das instituições, sendo que desvios da norma, como concubinatos e bastardias, foram constantemente arrolados como crimes nas visitas episcopais que periodicamente esquadriňavam as Minas.

Foi a partir da obra pioneira de Laura Mello e Souza que a influência das novas metodologias, que há muito dominavam os estudos históricos na Europa, vão se fazer sentir na historiografia referente às Minas Gerais setecentistas. Só então, a Escola dos *Annales* e a História Social Inglesa, nos seus mais diversos matizes, vão se tornar parâmetros, tanto metodológica, quanto tematicamente para os historiadores da região. Este revisionismo histórico não significou a pura adaptação das análises sobre o continente europeu à realidade da capitania, mas permitiram uma releitura da história das Minas à luz de sua própria especificidade. Os novos estudos que se seguiram buscaram não apenas o particular, o rotineiro, mas, a partir do que fosse específico nas Minas Gerais, captar as linhas de força que caracterizavam a sociedade mineradora.

Conseqüência dessa renovação foi também a ampliação nunca vista do conceito de fontes. Em consonância com as novas metodologias, deixou-se de privilegiar os documentos escritos e oficiais, de caráter eminentemente administrativo, para que praticamente qualquer vestígio da ação humana na região mineradora se tornasse ferramenta para o historiador (MAGALHÃES, 1989; LIBBY, HARGREAVES E MARTINS, 2002; CASTRO, 1994). Isso permitiu a reconstrução do dia-a-dia de seus habitantes, utilizando, entre outros, os censos populacionais, os registros de batismo, as devassas episcopais, a iconografia, os ex-votos, os compromissos de irmandades, os livros que circularam na capitania, as edificações, o próprio espaço urbano e mais raramente, porque mais incomuns, as cartas, os diários, etc. Em relação às fontes, cumpre destacar o esforço recente de catalogação, organização e disponibilização de importantes acervos documentais sobre a História de Minas Gerais no período colonial, tanto no Brasil, quanto no exterior (BOSCHI, 1998; BOSCHI e FURTADO, J.F. 1998; MAGALHÃES, 1999; FIGUEIREDO, KANTOR e CAMPOS, 1999b; TUGNY, 2001; CAMPOS, 2004b; BOSCHI, FIGUEIREDO e MORENO, 2006; CARRARA, 2008).

Uma das características marcantes destas novas abordagens sobre o período colonial mineiro foi o fato de tais estudos serem frutos das universidades, o que evidencia a influência da implantação e expansão das pós-graduações no Brasil após os anos 1950. Num primeiro momento, grande parte desses trabalhos foi oriunda da pós-graduação em História da USP, para depois se descentralizar progressivamente, destacando-se também os programas da UFMG, UFF, UNICAMP e mais recentemente UFU, UFJF, UFSJ e UFOP.¹ De caráter monográfico,

¹ Para fins desse artigo, como o levantamento de teses e dissertações foi realizado até 2006, não contempla as defendidas nesses três últimos Programas, criados posteriormente a essa data.

esses estudos apresentavam, no seu conjunto, aspectos mais analíticos, com rigor metodológico e preocupação de se nortearem a partir de um viés teórico e de uma problematização do objeto, o que lhes imprime um caráter eminentemente científico.

Para se fazer uma análise das características e perspectivas da produção historiográfica sobre as Minas Gerais no período colonial, realizada nos últimos vinte e oito anos, torna-se necessário escolher um eixo norteador. Como exemplo, pode-se optar por arrolar a produção pelos diferentes recortes metodológicos, tentar perceber os temas escolhidos pelos historiadores, partir da tipologia das fontes empregadas ou ainda utilizar recortes geográficos locais ou regionais, tomindo como eixo as vilas mineradoras ou as comarcas de que se compunha a capitania (IGLÉSIAS, 1973; GOMES, 1994; FIGUEIREDO, 1995c; DUTRA, 1996; FURTADO, J.F. 1999b; GONÇALVES, 1998). O presente texto tentará fazer uma mescla dessas abordagens, analisando as várias perspectivas inovadoras, seja nos temas, nas fontes ou na metodologia, como também o processo de releitura das grandes temáticas da História de Minas Colonial em suas diversas dimensões espaciais a partir de 5 grandes eixos: 1) as relações de poder, as revoltas e as inconfidências; 2) a escravidão; 3) o universo da vida social e familiar; 4) a vida cotidiana e material; e, finalmente, 5) a cultura e a religiosidade. Em relação aos grandes marcos temáticos, a produção histórica sobre a Inconfidência Mineira será analisada apenas de forma tangencial, apesar de representar uma vertente pujante dessa historiografia, pois uma análise mais esmiuçada do tema mereceria um artigo a parte. Pelo mesmo motivo, se privilegiará a produção nacional – doravante denominada genericamente historiografia sobre as Minas Gerais - em detrimento dos estudos realizados pelos estudiosos estrangeiros, os chamados *brazilianistas*, os quais serão citados apenas de forma ocasional e não sistematicamente. É necessário chamar a atenção para o fato de que, ao se privilegiar a análise da historiografia sobre a capitania de Minas Gerais, não significa que esta seja produzida ao largo da historiografia sobre a América portuguesa de forma mais geral. Os pontos de contato entre a sociedade mineradora e a das demais regiões coloniais é estrutural e não apenas circunstancial. Por isso, o diálogo e o intercâmbio de análises, temas, fontes, etc. entre a historiografia sobre a capitania de Minas Gerais, a América portuguesa, o Reino e o restante do império tem sido imperativo e constante. (FURTADO, J.F. 2001a; PAIVA, 2006) Tanto os trabalhos sobre Minas têm sido influenciados pela renovação historiográfica mais geral sobre a colônia, como sua influência têm se feito sentir nesses trabalhos. Porém, para os fins desse artigo, pela amplitude decorrente dessa perspectiva analítica, se restringirá a análise aos estudos produzidos sobre a capitania, sem destacar a sua relação direta ou indireta com a historiografia brasileira.

A primeira dificuldade em analisar essa produção historiográfica consiste em conseguir delimitar em unidades estanques os diferentes tipos de estudo. Devido ao caráter interdisciplinar, à fluidez dos temas e das abordagens, as linhas demarcatórias de cunho metodológico são muito tênues, situando muitos

dos estudos nas áreas de fronteira, ao integrarem as esferas do social, do econômico, do político ou do cultural. Também este artigo não pretende dar conta de toda a produção historiográfica dos últimos vinte anos, tarefa dificultada por essa produção ter crescido em ritmo vertiginoso, mas lançar mão de obras que possam exemplificar as tendências marcantes desse conjunto. Nesse sentido, também devido ao volume de trabalhos, se privilegiou a análise de livros (até 2008), teses e dissertações (até 2006) respectivamente e, em menor grau, de artigos (até 2008). A lista das obras consultadas (longe de esgotar o conjunto total da produção realizada no período) encontra-se no final do artigo e apresenta-se como uma ferramenta estimulante de pesquisa.

2. Minas de todo o delírio: relações de poder, motins, revoltas e inconfidências

Um dos campos de estudo em que a historiografia sobre as Minas Gerais no período colonial mais contribuiu para a renovação historiográfica no Brasil e em Portugal, tema sugerido a partir de *Os desclassificados do ouro*, foi o da conformação do poder metropolitano nas Minas Gerais. Ao dar um novo significado às interpretações clássicas de Caio Prado Jr. e de Raymundo Faoro, redimensionando o papel das autoridades coloniais na capitania, o livro inaugurou uma pujante veia historiográfica que elegeu como vertente de estudos as formas como a administração colonial se conformou na região mineradora.

Ao longo dos últimos 28 anos, as análises sobre as formas como as relações de poder se configuraram na capitania se transformaram e, mais recentemente, grande parte dos trabalhos realizados sobre a temática da administração colonial na capitania de Minas Gerais passou a se insurgir contra a dicotomia colônia *versus* metrópole como o modelo ideal para explicar as relações entre Portugal e seu império ultramarino na época moderna. Muitos desses estudos têm procurado salientar que a fidelidade ao trono português e a percepção de serem súditos de um império transoceânico foram fundamentais para a manutenção e a expansão do poder real na América portuguesa. Nesse sentido, a historiografia sobre as Minas Gerais tem servido de referência para a análise da administração metropolitana em toda a América portuguesa (FURTADO, J.F. 1999a; SILVEIRA, 2000; PAES, 2000; CAMPOS, M.V. 2002; MONTEIRO, 2003).

Estes estudos têm convergido para a percepção de que a compreensão das formas como o poder se estruturou nas Minas só é possível a partir de entendimento dos mecanismos de legitimação da monarquia portuguesa, considerados elementos-chave para a análise da questão (HESPANHA E XAVIER, 1993, 381-393). Essas formas eram decorrentes do discurso jurídico formulado para justificar a Restauração portuguesa, que defendia a autonomia nacional e a Coroa como pertencente de direito a dom João IV, e que se baseou no axioma de que o poder político pertencia ao povo, que o concede ao rei na forma de um contrato que, apesar de perpétuo, pode ser retomado em situações

de tirania (XAVIER, 1998). Essa concepção de que o poder real se legitimava por meio de um pacto constituiu-se no mecanismo central que garantia a fidelidade dos governados tanto no reino quanto no império oceânico, estendendo-se às Minas Gerais no primeiro quartel do século XVIII. Era o amor, e não o temor, o principal valor intercambiado entre o rei e seus vassalos, não importando em que espaço geográfico do vasto império se encontrassem. Mas era esse mesmo poder, emanando diretamente do povo para seu soberano, que impunha limites à atuação dos monarcas, os quais buscavam o constante beneplácito dos governados ao se apresentarem como reis magnânimos e misericordiosos, o que acabou por conferir à Coroa portuguesa a sensação de fragilidade e revelava os limites desse mesmo poder (VILLALTA, 1999; CAMPOS, M.V. 2002; MONTEIRO, 2003).

Em geral, o que a nova historiografia sobre Minas Gerais tem buscado foi de que forma a articulação entre esses mecanismos infra-estruturais, descritos no parágrafo anterior, como a legitimação do poder régio na forma de um pacto com os soberanos, essenciais à reprodução do poder régio, se reproduzia no império, e de que maneira o governo das Minas foi uma experiência ímpar, redimensionando as próprias maneiras de governar no império: “a experiência da coroa em Minas foi renovadora, pois refundiu, revigorou e aprofundou modelos de centralização monárquica iniciados no governo geral” (CAMPOS, M.V. 2002, 23). Também tem apontado que, durante o período pombalino, as tentativas de transformações nesse axioma, até então base de legitimidade do poder régio, na busca de um reforço do absolutismo monárquico, pretendia diminuir o poder de negociação aos súditos, conferindo-lhes um novo *status* na ordem política. Essas ações trouxeram apreensão e inconformismo e se refletiram em inúmeros levantes ocorridos em Minas, no terceiro quartel do século XVIII (VILLALTA, 1999; ANASTASIA, 2002; CATÃO, 2005).

Na mesma direção, parte desses trabalhos atentou para a reprodução do poder fora das instituições, procurando demonstrar que vários mecanismos informais se situavam além do aparelho de Estado, tornando inseparáveis e não simplesmente opostos os interesses que ligavam a colônia e a metrópole (SILVEIRA, 1997; FURTADO, J.F. 1999a; CAMPOS, M.V. 2002). Muitos deles buscaram apontar que os mecanismos de identificação entre os súditos e os soberanos remontavam na capitania ao período de expansão das fronteiras para a região mineradora, quando os bandeirantes paulistas alargavam o território do ultramar. Esses eram motivados não apenas por interesses econômicos, mas estavam em busca de serviços e de práticas que pudesse ser usados como moeda de troca na concessão de honras, mercês e títulos que conferiam prestígio e os inseriam nas cadeias hierárquicas que se teciam desde o reino (ANDRADE, F.E. 2008; SANTOS, 2004; ROMEIRO, 2008).

Essas cadeias hierárquicas se estendiam desde Portugal e envolviam as autoridades que se deslocavam não só pelas diferentes capitarias, mas por diversos territórios do império oceânico português. Nesse sentido, os historiadores que têm trabalhado sobre Minas Gerais têm apontado para a

necessidade de articular a atuação desses funcionários não apenas na capitania, mas no desempenho de inúmeros outros cargos em diversas porções do império. Novo campo temático que tem se apresentado para auxiliar a compreensão das práticas políticas e das relações de poder que se estabeleceram na região e que promoveram a identificação ou o embate entre os administradores e a população local é o do estudo vertical da composição da elite mineradora e da trajetória de vida e administrativa dos funcionários régios, com destaque para o caso dos governadores (SOUZA, L.M. 1995; VALADARES, 1997, 175-199; SOUZA, L.M. 1999; SOUZA, L.M. 2006; FIGUEIREDO, 1999; 175-199; ROMEIRO, 1999; FURTADO, J.F. 1999c; FURTADO, J.F. 2003, 207-224; ALMEIDA, 2001; ALMEIDA, 2007; MYRUP, 2002; VALADARES, 2004; SILVA, V.A.C. 2004, MIRANDA, 2006; MATHIAS, 2007; PIRES, 2006; PIRES, 2008).

Mas como introjetar nos vassalos o poder da coroa? Em muitos casos a lei se tornou o campo de intermediação do poder entre o rei e seus vassalos, como também campo de conflito. A partir desse entendimento, as novas abordagens não se limitam a repetir o paradigma de que a realidade era um simples reflexo da legislação, pois “a história local não se limita à execução de uma legislação perversa, formulada pelos impiedosos legisladores e ampliada pelo autoritarismo dos administradores” (FURTADO, J.F. 1996, 219). A lei passou a ser estudada como um instrumento dinâmico, que refletia os embates que a sociedade enfrentava, e que procurava enquadrar e se adaptar à realidade da capitania sempre em transformação (ANASTASIA, 2002; ANTUNES, 2004, 169-221). Na mesma direção, tem-se buscado analisar as instituições jurídicas em vigor nas Minas Gerais e o papel de seus funcionários no desempenho de seus cargos e funções administrativas (LEMOS, 2003; ANTUNES, 2004; SOUZA, M.E.C. 2000). Esses novos estudos têm acentuado o papel de intermediação ocupado tanto pelas elites locais, quanto pelos funcionários régios em atuação na capitania.

O controle estatal nas Minas se manifestou em grande parte por meio do fiscalismo e da tributação. O aspecto exógeno da produção da riqueza mineral na capitania e sua importância para a manutenção do exclusivo metropolitano foi em menor grau a problemática que norteou os novos estudos sobre a tributação (RENGER 2006), superada pelas tentativas de compreensão dos significados da tributação tanto para o poder que a instituía, quanto para os súditos que a pagavam. Importante prerrogativa do poder régio, o pagamento do tributo pelos governados implicava na aceitação da legitimidade desse mesmo poder (FIGUEIREDO, 2002; CAMPOS, M.V. 2002, 105-134; ARAÚJO, L.A.S. 2003). Desta forma, os tributos também se tornaram fonte de embate entre governantes e governados, conflito esse intermediado pelos contratadores, que conferiam à administração dos tributos na capitania um caráter privado (FURTADO, J.F. 1999c; ARAÚJO, L.A.S. 2003; FERREIRA, 2004).

“O elemento de maior originalidade na política tributária em Minas Gerais (...) esteve representado no peso representado pelo contrabando e pelo descaminho. (...) A intensidade com que transcorria o contrabando trazia novos

conteúdos ao pacto que constituía a relação entre governantes portugueses e súditos mineiros". (FIGUEIREDO, 2002, 4) O contrabando de ouro e diamantes passou a ser visto não apenas como atividade ilegítima, mas também na medida em que impunha novas formas de governar e redimensionava a relação de poder entre a população local e os administradores metropolitanos (PINJING, 1997; OLIVEIRA JUNIOR, 2002; PARRELA, 2002). Para as Minas, ao mesmo tempo que se tem procurado compreender a dimensão total do volume alcançado pelo contrabando, buscou-se analisar a dimensão social e o significado dessas redes de contrabando e em que medida elas reproduziam as cadeias hierárquicas que eram os mesmos mecanismos de identificação formal e informal da sociedade colonial. Redimensionar as intrincadas relações entre a prática do lícito e do ilícito, mesmo no interior do próprio aparelho administrativo, e de que maneira a população local usufruiu dessas atividades ilegais têm sido o desafio dos historiadores.

Desses estudos se conclui que mesmo com inúmeros mecanismos de reforço das identidades no interior do império, a sociedade mineira não era puro espelho da do reino e se apresentava de maneira múltipla e plural (FURTADO, J.F., 1996; FURTADO, J.F. 1999a; STUMPF, 2001). Nesse sentido, era constante a dificuldade dos administradores de controlar uma população que se caracterizava, em parte, pela fluidez e pela indistinção social (SILVEIRA, 1997). A violência individual e interpessoal foi fenômeno constante nessa sociedade, onde muitas vezes os conflitos resultavam em práticas agressivas que, não raro, terminavam em mortes (SOUZA, L.M. 1982; ANASTASIA, 1989; ANASTASIA, 2000; ANASTASIA 2005; ARAÚJO, 1993; GROSSI, 1999; SILVA, C.N. 1998; SILVA, C.N. 2004; REIS, 2002; REIS, 2004). Muitos estudos têm se direcionado para o entendimento dessa violência cotidiana que marcava o viver nas Minas, que se evidencia a partir de várias fontes como os processos crimes e outras menos evidentes como os tratados de medicina (DIAS, M.O.L.S. 2001, 45-105). Nas páginas do *Erário Mineral*, Luís Gomes Ferreira, preocupado em contar seus feitos médicos, retrata a violência interpessoal que marcava as relações do espaço urbano minerador nos inúmeros casos, por ele tratados, ocasionados pelo uso de armas brancas e de fogo (FURTADO, J.F. 2001d).

Novos trabalhos têm se debruçado sobre a política de militarização da capitania, buscando compreender os diferentes níveis de organização das forças militares – Ordenanças, Pedestres, Dragões, etc – e seus diversos papéis. Também têm procurado desnudar a superposição e os confrontamentos dos interesses das elites locais, recrutadas nos diversos destacamentos, além de procurar compreender os interesses metropolitanos em jogo nessas forças militares (MELLO, 2002; COTTA, 2003; COTTA, 2004; REIS, 2004).

Esse longo século XVIII nas Minas se caracterizou pela lenta afirmação e consolidação do poder real na região, mas também foi marcado por constantes ameaças à dominação da monarquia, seja por meio dos perigos internos – os motins, os atentados e as conspirações – ou externos – as guerras e as invasões estrangeiras. Tema abordado por vários trabalhos foi o da violência coletiva,

manifesto nos diversos motins e revoltas coloniais, que apontaram para a importância e a generalização dos movimentos de rebeldia nas Minas setecentistas (SOUZA, L.M. 1992; SOUZA, L.M. 1995; ANASTASIA, 1998; ANASTASIA E SILVA, 2001; FIGUEIREDO, 1995b; FIGUEIREDO, 1999; FIGUEIREDO, 2001; ROMEIRO, 2007; ROMEIRO, 2008), inclusive de escravos (GUIMARÃES, C.M. 1988; GUIMARÃES, C.M. 2000, 324-338; GUIMARÃES, C.M. 2002; ANDRADE, M.F. 1996; SOUZA, L.M. 1999, 83-150; REIS, 2004). Recentemente, estas análises mais aprofundadas desses movimentos buscaram os padrões de comportamentos, de objetivos, do papel e do perfil dos atores na tentativa de esboçar uma tipificação desses movimentos e os padrões que se repetem no diferentes levantes que sacudiram todo o império. Também de que maneira a rebeldia nas Minas se configurou em padrões inéditos de comportamento e violência, e como introduziu práticas novas no espectro da cultura política rebelde do império.

O trânsito de idéias entre os dois continentes constituía pano de fundo comum capaz de unificar o mundo transoceânico português, configurando semelhanças que se revelam não só no compartilhar das formas de submissão, mas no próprio espectro político das rebeliões (FIGUEIREDO, 1995b; ANASTASIA, 1998; CATÃO, 2005; ROMEIRO, 2008). Em geral, as rebeliões não questionaram a fidelidade ao rei, mas imputavam aos administradores locais uma ação tirânica, que poderia ser revogada por meio da violência direta, na medida em que visavam o retorno a uma situação anteriormente pactuada com o soberano. As justificativas para a rebeldia se colocavam, assim, no próprio universo das próprias práticas políticas que legitimavam o poder real. A repressão também se pautava e encontrava seus limites nestas mesmas práticas e, a menos que se conjugassem a ameaça externa e a interna, privilegiava-se uma política de cooptação dos rebeldes, conforme demonstrou o desenrolar dos motins mineiros.

O estudo da Inconfidência Mineira se destaca como um tema relevante para a compreensão do espectro rebelde que de tempos em tempos sacudiu as Minas, das novas formas de dominação do estado, das formas de conflito e acomodação entre colonos e a administração portuguesa, do trânsito de antigas e da produção de novas idéias de rebeldia. Ao longo do tempo, muitos autores mergulharam na história desse movimento, sufocado antes mesmo de nascer, para tentar compreender as motivações, idéias, projetos, inspirações e alcances de seus planos de revolta. Nesse sentido, apontaram não só para a importância das tensões internas que se acumulavam no interior da capitania, a composição social dos rebeldes, como para o compartilhar das idéias iluministas, para o redimensionamento das antigas formas de compreensão da legitimidade do poder régio, e para as novas práticas administrativas decorrentes da tentativa de mitigar os conflitos entre governantes e governados (MAXWELL, 1978; MAXWELL, 2001, 389-414; FURTADO, J.F. 1993/1994, 70-91; LEITE, 1991, 18-23; VILALTA, 1992; VILALTA, 1999; FURTADO, J. 1995; FURTADO, J. 1997; FIGUEIREDO, 1996, XIX-XLIX; LUCAS, F. 1998; GONÇALVES, A. 1999; MILLIET,

2001; FURTADO, J.P. 2002; RODRIGUES, 2002a; RODRIGUES, 2002b; ALCIDES, 2003; POLITICO, 2004; SOUZA, R.F. 2004).

Estes estudos sobre Minas Gerais também têm contribuído para a compreensão da delicada estratégia política que, em fins do século XVIII e início do XIX, unia os distantes pontos do império e que passava por uma vigorosa transformação. A antiga conquista portuguesa e seus súditos de além-mar participavam dos planos de remodelação do ultramar, sugerindo medidas pouco ortodoxas de revitalização da economia das diferentes partes do Brasil e que em muito significavam estruturar as relações de poder entre os dois pólos do império sobre novas bases. Além disso, os colonos resistiam às tentativas de recolonização de cunho ortodoxo que a coroa portuguesa por vezes procurava implementar, pois consolidava-se a consciência do papel que o Brasil, particularmente com a descoberta das riquezas minerais, tomava no conjunto do império oceânico ultramarino, e as elites locais pressionavam por novos rearranjos da ordem política. Os intelectuais brasileiros procuravam estrategicamente aliar-se ao poder em busca de reformas do sistema, garantindo dessa forma a inserção do Brasil sob novos patamares na balança de poder. Ao mesmo tempo, a ruptura apresentava-se como uma das soluções possíveis na impossibilidade de reequilibrar de garantir um novo *status político* ao Brasil, sob novas bases de valorização hierárquica, e as Minas não estavam alheias a essas questões (SILVA, M.B.N. 1995; VERSIANI, 1996; STUMPF, 2001; VALADARES, 2004; FURTADO, J.F. 2008b).

126

Entre os inúmeros temas ainda pouco explorados nessa vertente, destacam-se, entre outros, o papel e a composição das câmaras municipais (RUSSELL-WOOD, 1977; GOUVÊA, 2004; GOUVÊA, 2006; LIBBY, 2006; PIRES, CHAVES e MAGALHÃES, 2008); as formas de cobrança e pagamento dos diversos tributos coloniais; quem eram, como atuavam e eram cooptados diversos administradores coloniais, tais como juízes de fora, juízes de vintena, ouvidores, escrivões, notários, contratadores de impostos, etc. Se a violência coletiva ou individual tem estimulado várias obras, estudos sobre as penalidades decorrentes da ruptura da ordem são praticamente inexistentes (REIS, 2006)

3. Negros como a noite: o mundo da escravidão

Uma das vertentes que se firmou na Historiografia sobre Minas Gerais foi herdeira da História Social, fortemente influenciada pelas análises e pelos temas sugeridos por *Desclassificados do Ouro*. Na esteira da História Social Inglesa, que muito se dedicou ao estudo dos setores marginalizados e dos esquecidos, vários foram os trabalhos que se debruçaram sobre os temas das mulheres, da família, dos marginais, dos libertos, das crianças, entre outros, ainda que o conceito de “desclassificado” nem sempre tenha sido adotado, face à complexidade das relações sociais tanto na capitania, quanto na América portuguesa como um todo. A exemplo dos estudos históricos europeus, buscou-se compreender as tentativas de ordenação da sociedade moderna, durante o

processo de centralização e expansão para o Novo Mundo dos estados absolutistas, e de que maneira as transformações provocadas pela descoberta do ouro e do diamante refletiram e contribuíram para a reconfiguração histórica desses processos.

Uma nova visão sobre a população escrava e de cor da capitania emergiu da historiografia sobre Minas Gerais recente, demolindo uma série de conceitos tradicionais sobre esse segmento da sociedade colonial. Os historiadores, perscrutando cada arraial minerador, como também procurando esmiuçar sua composição a partir de vertentes monográficas, revelaram uma sociedade heterogênea e múltipla, paradoxal em relação a uma administração, que procurava ser repressora e excludente, mas que nem sempre conseguia moldar essa sociedade conforme seu intento (RESENDE e VILLALTA, 2007). Dessa forma, os trabalhos em História Social se proliferaram, particularmente no que diz respeito aos estudos sobre a massa de cativos (RAMOS, 1972, 189-225; LUNA, 1983; PAIVA, 1996; PAIVA, 2001a, 116-166; BEGARD, 1999; BOTELHO, 2001; BRÜGGER, 2002, 23-47; FURTADO, J.F., 2006b).

Muitas dessas análises valeram-se das ferramentas da demografia histórica, reunindo dados quantitativos, e desta forma realizaram leitura instigante de uma gama de fontes seriais tais como inventários, registros de batismo e morte, censos populacionais, testamentos, entre outros. Neste particular, um dos temas que mais se renovaram foi o da escravidão e do universo escravo em Minas Gerais, que se libertou das análises marxistas tradicionais, as quais imobilizavam os escravos como coisas e privilegiavam seu papel econômico no interior do sistema produtivo. A partir da influência dos estudos anglo-saxões em História Social, de viés neo-marxista, que passaram a reconhecer a autonomia do sujeito enquanto atores do seu devir histórico, os novos estudos abordaram a multiplicidade de experiências de vida dos cativos e libertos no dia-a-dia das Minas Gerais.

Os censos populacionais apontaram para o fato de que, nas Minas, os homens eram numericamente superiores às mulheres, tanto entre proprietários, como entre os escravos, sendo que os últimos constituíam a massa populacional da capitania, dedicando-se principalmente à mineração, mas não apenas a esta atividade. O estudo do comportamento dessa população cativa ou liberta revelou que estes segmentos por vezes criavam normas inéditas de comportamento, mas também se fixavam nos parâmetros que a sociedade branca impusera. Observou-se que suas práticas contrariavam duas crenças arraigadas na historiografia tradicional: a de que o cativeiro criara uma aversão à escravidão entre a população negra e mestiça e a de que, reduzindo os negros a uma situação de animais, impedira-os de estabelecerem laços estáveis de relacionamento. Neste aspecto percebeu-se que era freqüente a realização de casamentos entre escravos e, mesmo os altos custos do matrimônio não foram impedimentos para a criação de famílias legítimas entre os cativos, ainda que seus números não fossem tão significativos como entre os livres. Ainda que menos freqüentes, os casamentos figuravam nas relações familiares dos

cativos, não sendo essas distintas das do resto da população mineira (FIGUEIREDO, 1995a, 81-86; KLEIN e LUNA, 2000; BRÜGGER, 2002, 129-133; LEWKOWICZ, 1992; CHAVES, M.L.R. 1998; PEREIRA, A.L.C. 2004, 57-80; LOTT, 2008, 117-152).

Ao contrário do que usualmente se pensava, os escravos foram capazes de estabelecer níveis significativos de organização familiar e de lutarem por seus direitos (PACÍFICO FILHO, 2004; FREITAS E SOUZA, 2008). Alguns cativos transmitiram propriedades, e cuidavam de sua descendência, deixando como herdeiros seus filhos, cônjuges e parentes próximos (LEWKOWICZ, 1989; VENÂNCIO, 1991; AGUIAR, 1999; FARIA, 2001; FARIA, 2004; DANTAS, s.d.). Também estes demonstravam preocupação com a religiosidade, freqüentando os cultos, determinando sobre seus funerais e missas de ressurreição, mostrando-se afinados com as estratégias de conversão ao catolicismo orquestradas pela igreja católica, realizada sob a batuta de seus senhores (AGUIAR, 1999; PEREIRA, M.A.P. 2002; LIBBY e GRAÇA FILHO, 2004). Algumas vezes, porém, as autoridades reagiam de forma hostil às formas de ostentação da fé de cativos e forros (SOUZA, L.M. 1987, 253-256, 264-269; MOTT, 1996; MOTT, 1997). Mas o universo cultural da população de cor não se restringia a uma simples imitação dos valores dos brancos, como diversos estudos revelaram. Os escravos trouxeram consigo da África vários de seus costumes, crenças, objetos e, num movimento circular, os incorporaram à cultura local, imprimindo-lhe por vezes novos significados (QUEIROZ, 1998; BORGES, 1998; SOARES, 1999; LARA, 1999; RAMOS, 2000; PAIVA, 2001a; PAIVA, 2001b; PAIVA, 2002b; PANTOJA, 2001; CASTRO, 2002; SOUZA, M., 2002, 170-227; FARIA, 2004). Também se tem procurado apontar para a necessidade de estudos mais pontuais e verticais sobre esta população cativa, buscando-se perceber as nuances entre as diversas nações africanas que foram trazidas para a capitania e sua diversidade cultural, étnica e lingüística, o que certamente serviu “como critério para organização de africanos escravos e forros com diferentes finalidades desde a devoção aos santos até as rebeliões” (SOARES, 1999, 693).

Por toda a capitania, e ao longo do século, observou-se a proliferação das alforrias e “durante todo o período colonial (e durante o Império também) Minas Gerais contou não só com o maior plantel mancípio, mas, ainda, com a maior população forra da Colônia” (PAIVA, 1996, 106). Nas localidades abrangidas pelos diversos trabalhos, observou-se a presença constante e significativa de forros proprietários de escravos (REIS, 1990; MÓL, 2002; FURTADO, J.F. 2002). Neste aspecto, assim como em relação ao casamento, o comportamento dos negros quanto à herança, ao dote e à posse de cativos também pouco diferia dos brancos. Por exemplo, “o dote projetava uma noção de honra a qual, como veremos, foi continuamente apropriada pelos africanos e seus descendentes em ações defensivas e positivas. Ao que tudo indica, redes familiares extensas no interior da comunidade negra surgiram nas Minas” (AGUIAR, 1999, 44).

Algumas trajetórias individuais lançaram luz sobre o universo das mulheres

escravas e de seus descendentes. Tais foram os casos da mulata Chica da Silva e da negra Rosa Maria Egipciaca, cujas vidas foram objetos de detalhadas biografias. Rosa Egipciaca acabou nos cárceres do Santo Ofício, apesar de se considerar santa. A figura negra e nada erudita da africana acirrou a intolerância dos órgãos da igreja em relação a suas pretensões, apesar da mesma ser o exemplo de uma verdadeira aceitação da religião católica por parte dos africanos (MOTT, 1993). A vida da mulata Chica da Silva revela as possibilidades e os limites de inserção das forras na sociedade branca das Minas Gerais. Imersa num mundo onde o negro escravo era duplamente discriminado, pela cor e por viver do trabalho de suas próprias mãos, Chica soube se aproveitar das poucas possibilidades que o sistema lhe oferecia. Uma delas, disponível principalmente às mulheres escravas, era o concubinato com os brancos, das quais significativa parcela de alforriadas soube tirar proveito. (FURTADO, J.F. 2003).

Num caminho inverso ao dos estudos biográficos, a maioria dos trabalhos sobre escravidão tem se pautado na utilização de dados seriados, a partir do levantamento sistemático de censos, inventários, testamentos, registros de batismo, óbitos, captação, casamentos, entre outros. Estes levantamentos, realizados para a capitania, para comarcas específicas ou para uma vila e seu termo, têm permitido desnudar a composição da extensa camada de escravos que povoaram a região das Minas. Esses eram oriundos, no início, majoritariamente da África, com predomínio das minas. Com o passar do século, houve maior diversidade de nações africanas, inclusive a presença de escravos importados do reino e, à medida que o tráfico declinava, no início do século XIX, ocorreu a progressiva substituição do elemento africano pelo crioulo. (COSTA, 1986; LUNA, 1983; LUNA, 1999; BEGARD, 1999; SOARES, 1999; LARA, 1999; VENÂNCIO, 2000a; BOTELHO, 2001; FURTADO, J.F. 2006b) .

Questão relevante e que vem sendo discutida pelos historiadores refere-se aos mecanismos de acesso às alforrias (AGUIAR, 1999, 2-44; SOUZA, L.M. 2000; LIBBY e GRAÇA FILHO, 2000; GONÇALVES, A.L. 2001; PAIVA, 2001a, 167-216; PAIVA, 2002a). Na região aurífera a liberdade esteve muito mais acessível às escravas, mas também escravos de ganho ou empregados na mineração. Muitos conseguiam formar um pecúlio e assim comprar sua alforria, ocorrendo nas Minas Gerais o sistema de coartação. Alguns eram libertados pelos senhores sem contrapartida, apenas como retribuição por seus serviços já prestados. A conformação do povoamento mineiro, onde as mulheres eram escassas, principalmente as brancas, fez também com que o concubinato se generalizasse e muitos senhores brancos alforriavam suas companheiras negras ou mulatas. Geralmente, este ato era realizado na hora da morte, muitas vezes estipulando um prazo para o pagamento da liberdade ou o cumprimento de mais alguns anos de serviço para com seus herdeiros. Mais raramente, a alforria a estas companheiras era concedida durante o período de vida dos senhores. O acesso à alforria de parcela dos escravos e a miscigenação entre brancos e negros fez com que, nesta perspectiva, a sociedade mineira apresentasse uma diversidade muito significativa. Em Minas Gerais, surgiu, à medida que o século

XVIII avançava, uma camada crescente de mulatos(as), e negros(as) forros(as) (RUSSELL-WOOD, 1982; LEWKOWICZ, 1989; RAMOS, 1991; PAIVA, 1996; HIGGINS, 1999; KLEIN e LUNA, 2000; LIBBY e GRAÇA FILHO, 2002; DANTAS, 2003).

Quanto aos forros, tem-se percebido que este segmento era composto, em contraste ao dos livres e cativos, em sua maioria por mulheres, sugerindo que a sociedade mineradora oferecia mais oportunidades de libertação a elas. Em geral, a concessão de alforrias permitia a ascensão, quando não social, pelo menos econômica de parte da camada de libertos, mas as oportunidades não foram iguais para todos. Uma vez forras, muitas mulheres continuavam a ocupar um papel marginal na sociedade, pobres, encontravam sua dura sobrevivência em pequenos ofícios, como prostitutas, negras de tabuleiro, vendeiras. Percebeu-se também que se generalizou entre os forros a posse de escravos, como forma de sobrevivência, de distinção social e maneira de se afastarem do mundo do trabalho. Muitas vezes, a desclassificação social gerava a delinqüência e o espaço da rua era local de crimes, muitos deles cometidos por escravos contra seus senhores. Mas, não raro, os forros também encontravam possibilidades de enriquecimento rápido que veio com o ouro. Essa autonomia econômica permitiu que, por vezes, as mulheres forras respondessem com práticas tidas por desabusadas aos discursos misóginos e moralistas da Igreja e do Estado português, generalizando-se nas Minas o costume da mancebia e do concubinato, que a desigualdade entre os sexos só fez acentuar. O papel marginal que as negras e forras ocupavam nessa sociedade, a relativa liberdade e autonomia em que viviam eram contínuos fatores de tensão ao modelo familiar tradicional, organizado hierarquicamente segundo os padrões sociais estabelecidos. Mergulhadas em ofícios variados que lhes asseguravam a sobrevivência, as forras possuíam uma ética própria para constituir laços familiares e afetivos. Nessa perspectiva, a sociedade aurífera do século XVIII foi caracterizada pelo aumento da mobilidade social e pelo amolecimento das estruturas tradicionais patriarcais, pelas quais a família colonial deveria idealmente se moldar (REIS, 1990; FIGUEIREDO, 1993; FIGUEIREDO, 1995a; VENÂNCIO, 1995; PAIVA, 1996; HIGGINS, 1999; PANTOJA, 2001; FARIA, 2001; FARIA, 2004; FURTADO, J.F. e VENÂNCIO, 2000; FURTADO, J.F. 2001e; FURTADO, J.F. 2003; MÓL, 2002).

Apesar do esforço das instituições coloniais - Estado e Igreja - na ordenação social e moral da sociedade mineradora, essa, no entanto, se constituía muito freqüentemente à margem dos poderes instituídos ou na resistência a essa opressão. Ao contrário da definição clara de papéis e da cristalização das hierarquias sociais, os libertos possuíam escravos, propriedades urbanas e transmitiam bens a seus descendentes. Enfim, a vida cotidiana nas Minas transcorria múltipla e muitas vezes fora do controle das autoridades.

Temas instigantes a serem ainda melhor explorados seriam, por exemplo, o volume e o papel da coartação no conjunto das alforrias, a composição das etnias africanas no seio da população escrava e de que maneira elas se articulavam entre si nos plantéis mineradores, o tráfico de escravos no interior da capitania.

Também o estudo de algumas trajetórias individuais deve ser estimulado, inclusive com o intuito de desnudar algumas figuras míticas, como é o caso de Chico Rei. São pontuais ainda os estudos sobre a escravidão indígena, tema desafiador, pelo quase silêncio das fontes (LANGFUR, 1999; RESENDE, M.L.C. 2004; RESENDE, M.L.C. 2008). Também são raros os estudos comparativos, que permitem observar as semelhanças e as nuances entre os diferentes sistemas escravistas das Américas (DANTAS, 2003; FURTADO, J.F. e LIBBY, 2006).

4. Por detrás das rótulas: a vida social dos mineiros

Os arquivos cartoriais dispersos pelas vilas e cidades mineiras se tornaram fontes inesgotáveis sobre a vida social cotidiana e o universo familiar, temas que começaram a despertar o interesse dos historiadores. Ao inquirir essas fontes, não apenas quantitativamente, mas também qualitativamente, diversos estudos foram capazes de captar as peculiaridades das relações sociais que se estabeleceram na região mineradora da época. A partir da década de 80, várias pesquisas começaram a criticar a assertiva já tão arraigada do predomínio da família patriarcal extensa tanto na sociedade colonial brasileira, quanto na mineira em particular. A partir de vasta pesquisa documental e, principalmente, ao fazerem outras perguntas às fontes, os historiadores apresentaram uma nova visão das relações familiares que se estabeleceram na época. Com a incorporação dos instrumentos analíticos da Demografia Histórica e da História Social ocorreu uma emergência de uma série de temas ligados à estrutura familiar, como a mulher, a criança, a sexualidade, etc., e a História da Família no Brasil se tornou um ramo específico de estudo, ao qual se vinculam os estudos realizados sobre a capitania das Minas Gerais (PRIORE, 1989).

O movimento tentacular da Igreja católica em direção à conformação da sociedade na busca de seu controle começara na Europa em séculos anteriores. Pretendia não só a vigilância sobre o exercício da fé, mas também sobre a moral e os bons costumes dos fiéis. Na região mineradora, onde a inquisição só atuou de forma indireta, o principal braço de ação do clero foi a visita episcopal ou diocesana, também chamada de “a pequena inquisição” (FIGUEIREDO e SOUZA, R. 1987; BOSCHI, 1987; FIGUEIREDO, 1995a, 41-69; SOUZA, L.M. 1999, 19-29).

No aspecto das vivências familiares, essa cruzada moralizadora, da qual fez parte também o Estado português, se concentrava em instituir a família monogâmica, unida pelos sagrados laços do matrimônio católico, processo que se fazia às custas da normatização dos comportamentos e da repressão e, ao contrário do que usualmente se pensa, com muitas idas e vindas. Para fugir ao controle da Igreja e tentar manter as aparências em público, nas Minas Gerais, muitos cônjuges viveram em lares separados, ainda que mais freqüentemente nos períodos que precediam ou se desenrolavam as devassas episcopais, constituindo uma organização familiar original: a *família fracionada* (FIGUEIREDO, 1995a, 157-163). Dessa forma, o conceito de domicílio, unidade

que a maioria de estudos demográficos sobre família tradicionalmente utilizava como dado para a análise, não era capaz de abranger a diversidade das relações familiares então estabelecidas na capitania, pois muitas vezes as famílias se organizavam para além de um único lar, num movimento dinâmico e plural (RAMOS, 1975; RAMOS, 1978; RAMOS, 1990; RAMOS 1991; LEWKOWICZ, 1992; FIGUEIREDO, 1995a; CHAVES, 1998; HIGGINS, 1999, GRAÇA FILHO, 2007; FREITAS E SOUZA, 2008).

Conforme apontam diversos estudos, as diferenças sociais e de condições (livres, forros ou escravos) entre os nubentes, as taxas demográficas desiguais entre os sexos, a constante mobilidade geográfica, a persistência de práticas matrifocais entre os escravos, a transplantação de arranjos familiares fora do âmbito do casamento oficial entre migrantes oriundos do norte de Portugal, a autonomia das mulheres forras, além dos altos custos e da burocracia do casamento concorreram para que as taxas de concubinato e de ilegitimidade fossem altas em Minas Gerais. O universo desses ilegítimos foi desnudado em diversos trabalhos que revelaram que a prática de registro dessas crianças como naturais diminuía o estigma moral que recaía sobre eles, permitia o seu acesso à herança dos pais, e escondia diversos pecados mais graves como o adultério ou o aparecimento de filhos ilegítimos de clérigos – os sacrílegos (RAMOS, 1991; FIGUEIREDO, 1993; VILLALTA, 1993; FADEL, 1994; PAIVA, 1996; CHEQUER, 2002; MÓL, 2002, 40-44; PRAXEDES, 2003; PEREIRA, A.L.C.2004; LIBBY e BOTELHO, 2004).

132

Assim, o abandono ou a exposição de crianças em casas alheias, muitas vezes dos próprios progenitores, familiares ou amigos, foi forma comum de impedir o registro dessas crianças como ilegítimas e de garantir-lhes condições mais propícias de sobrevivência e reinserção social. Diferentes análises sobre abandono infantil apontaram para a especificidade das Minas Gerais, onde a roda dos expostos apareceu de maneira tardia e dessa forma coube às câmaras municipais e às irmandades o principal ônus na assistência às crianças abandonadas. Muitas vezes, o cuidado com os órfãos era delegado a terceiros, sendo comum o aparecimento das criadeiras, que faziam disso um modo de vida e sustento (BOSCH , 1984; SOUZA, L.M. 1996; SOUZA, L.M. 1999, 47-79; VENÂNCIO, 2000b; DANTAS, s.d.) .

Na direção inversa, estudos mais recentes, delimitados a regiões específicas da capitania, têm revelado a incidência e o alargamento dos índices de uniões legítimas sagradas pelos laços do matrimônio católico ao longo do século. Se tais uniões eram mais recorrentes entre os brancos livres, pois o matrimônio visava diretamente a preservação da linhagem e do patrimônio, também negros e forros casavam-se legalmente, conforme já foi apontado anteriormente (RAMOS, 1975; LEWKOWICZ, 1992; BRÜGGER, 2002; LOTT, 2008).

As análises já realizadas sobre a sociedade mineira, devido à enormidade dos dados disponíveis e às diversidades sociais e dos arranjos familiares, têm se pautado por um arranjo monográfico, restringindo-se em geral a uma comunidade

ou a uma faixa social específica e muitas vezes tendo utilizado dados demográficos. Tentativas de síntese do conhecimento já disponível são recorrentes (FIGUEIREDO e CAMPOS, 1999a; ROMEIRO e BOTELHO, 2003; CAMPOS, 2004; RESENDE e VILALTA, 2007, v.2). O espaço de autonomia feminina era alargado, cabendo especialmente às mulheres forras o domínio do pequeno mercado ambulante que dominava o cenário urbano das Gerais. Os escravos reproduziam muitos dos valores da sociedade branca, inclusive casando-se legalmente, mas criavam novas normas de comportamento muitas vezes refundindo suas tradições africanas. Porém, há ainda muito a ser realizado ainda que o somatório destas abordagens já seja suficiente para demonstrar que a família mineira era heterogênea, constituindo-se muito freqüentemente à margem da lei, dividindo o espaço com as famílias tradicionais de bases patriarcais. Temas ainda pouco trabalhados são, por exemplo, a exposição de ilegítimos, as formas de criação e de educação infantil que se diferenciavam conforme o status social (SCARANO, 1999; PRIORE, 2007; VILLALTA, 2007), a maneira como se dava a relação entre famílias legítimas e ilegítimas nos espaços urbanos, as formas de transmissão de herança, os grupos sociais desviantes dos padrões de comportamento tradicionais, como os homossexuais (MOTT, 1996; VAINFAS, 2007), entre outros tantos assuntos do cotidiano da sociedade mineradora.

5. Vida cotidiana e material

133

O espaço urbano nas Minas se tornou o local preferencial de identificação cultural. Ali, a administração metropolitana e a Igreja católica dispunham os símbolos de sua dominação e a utilização da pedra, como material construtivo preferencial, por sua durabilidade, marcava o tempo eterno do estado e da fé cristã (PAES, 2000). Mas, para além da dicotomia rural – urbano, os novos trabalhos sobre a realidade espacial da capitania têm salientado as relações complementares e complexas que se estabeleceram entre o mundo da cidade, do campo e do sertão distante. Ainda é desafio para os historiadores a compreensão das relações que a área central e mineradora estabeleceu com as áreas limítrofes da capitania, com as outras capitâncias, com o Reino e demais regiões do império português, bem como com a África de onde provinha o imenso contingente de escravos.

Sérgio Buarque de Holanda afirmou que, enquanto os espanhóis construíam cidades geométricas, a fantasia era a marca das vilas portuguesas, pois suas casas, em desalinho, pareciam que eram colocadas de acordo com a vontade dos moradores (HOLANDA, 1993). Na direção contrária apontada pelo célebre autor, os estudiosos buscaram reconstruir a configuração das urbes mineradoras, que redesenham o panorama da capitania, buscando compreender a estreita articulação entre as iniciativas administrativas, as regulamentações do espaço urbano e o movimento dinâmico da ocupação populacional. Nesse sentido, observou-se que as cidades se constituíram em sintonia com a diversificação

econômica e promoveram a interação das diferentes atividades produtivas internas à capitania. Era papel das câmaras municipais, entre outras obrigações, zelar pelo bom alinhamento das ruas e das casas, pela conservação das pontes, pela limpeza e fornecimento de água, mandando construir os chafarizes, pela regulamentação do comércio de víveres. Os vereadores legislavam contra a ocupação urbana irregular e espontânea e, mesmo com toda a regulamentação, era sempre difícil exercer um controle severo, principalmente nos morros da periferia (RAMOS, 1972; BOSCHI, 1994, 59-76; FONSECA, 1998; TERMO, 1998; CARRARA, 2001b; CUNHA, 2002a; CUNHA, 2002b; ALCIDES, 2003; BORREGO, 2004).

Mesmo nas Minas, que se caracterizaram por uma colonização mais urbana, os estudos apresentam o aspecto precário dos períodos iniciais da ocupação, o que imprimiu um caráter efêmero e transitório às edificações nas urbes mineiras, devido à constante mobilidade da população, mudando-se sempre que um novo descoberto mineral se anunciava. Com o passar do tempo e com o progressivo assentamento da população, os arraiais cresceram e alguns foram elevados a vilas. As construções mesclavam a pedra e o barro, sendo a primeira mais utilizada nas construções imponentes e a segunda nas mais rústicas e populares. Os arraiais eram construídos nos morros, próximos a algum rio e, aos poucos, as edificações se diversificaram e o traçado urbano se tornou mais complexo. Era também função das câmaras zelar pelo saneamento do espaço urbano, porém isto era sempre muito difícil. As construções muito próximas, as ruas muito estreitas, a falta de pavimentação, o abandono de animais e do lixo, a falta de sistema de esgoto, tudo contribuía para que a vida fosse insalubre, o que facilitava a proliferação de doenças. O ambiente da cidade era pestilento e a disposição das edificações dificultava a circulação dos ares. (RUSSELL-WOOD, 1977; ARAÚJO, 1993, 29-82; FURTADO, J.F. 1999a, 197-216; GOUVÉA, 2004; SILVA, F.M. 2008). Médicos circulavam pela capitania e seus tratados de medicina são ricas fontes não só sobre a prática da profissão, mas também sobre a vida cotidiana da capitania (DIAS, M.O.L. 2001; WISSEMBACH, 2001; FURTADO, J.F. 2001c).

Os estudos tradicionais salientavam as questões políticas decorrentes das disputas de poder envolvidas nas contendas que indisputavam as autoridades dos diversos núcleos urbanos nas Minas, atribuindo ao rigor metropolitano a escassez de títulos honoríficos concedidos aos arraiais mineiros e a limitação do número de vilas (IGLÉSIAS, 1974). As novas análises, ao incorporarem as representações de cidades e dos núcleos urbanos que transparecem da análise dos discursos coevos, no entanto, salientam que tais discursos ressaltavam os aspectos que enobreciam as localidades tais como: a ordem dos assentamentos, a fidelidade dos moradores à Coroa, o papel defensivo e/ou estratégico da povoação, entre outros. Refletiam assim os interesses e as disputas dos moradores locais pela autonomia ou não dos espaços urbanos imprimindo novos significados aos conflitos entre os colonos e o poder metropolitano. Era a própria elite das câmaras municipais quem, freqüentemente, desejava limitar o fracionamento

do termo, impedindo a instalação de novas vilas, o que exige dos historiadores uma nova compreensão da configuração das disputas internas à capitania (FONSECA, 1998; FONSECA, 2003a; FONSECA, 2003b; CUNHA, 2007).

O sertão, de início identificado como o lugar da fronteira e da exclusão desde o início da ocupação portuguesa, passou a se configurar a partir dos novos trabalhos sobre o tema como espaço no século XVIII em Minas Gerais de resistência, de negros aquilombados e de índios selvagens, que a coroa buscava extirpar ou assimilar, apagando-os da história da capitania. Representado nos discursos oficiais como um lugar vazio, mas verdadeiramente ocupado pelo outro desconhecido, esse espaço tornou-se, na ótica das autoridades, terra a ser ainda conquistada e incorporada ao mundo civilizado dos brancos (PAULA, 1988; GUIMARÃES, 1988; RUSSELL-WOOD, 1999; LANGFUR, 1999; ARAÚJO, 2000, CORDEIRO, 2001; FONSECA, 2003a, 39-80; AMANTINO, 2003; RESENDE, 2005; RESENDE, 2008; ESPINDOLA, 2005; CUNHA, 2007; ANDRADE, 2007; CARRARA, 2007a).

A conformação do território mineiro tendeu a acompanhar o movimento migratório populacional orientado pela expansão e diversificação econômica do centro minerador em direção às fronteiras da capitania. Conhecer, mapear e delimitar esse espaço foi tarefa que as autoridades metropolitanas não se descuidaram, produzindo um conjunto notável de mapas e descrições geográficas sobre a região, que começou a ser revelado e estudado. A ocupação territorial das Minas é tema que tem permitido inúmeras abordagens. Ferramenta importante de trabalho, a cartografia da região mineradora tem se tornado um objeto em si de estudo, abrindo novos campos de investigação que articula história e mapas (VENÂNCIO, 1994; BORGES, 2002; COSTA, 2002; COSTA, 2004; COSTA, 2005; FURTADO, J.F. 2008). Muitos destes estudos concentraram-se no estudo da Estrada Real. Estes, se aproveitando do movimento turístico-cultural estimulado pelas autoridades locais, têm esmiuçado parte do conjunto de caminhos que ligavam a área mineradora ao litoral da Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro (SANTOS, 2001; RIBAS, 2003; BASTOS, 2004; COSTA, 2005; FURTADO, J.F. 2005).

A revisão historiográfica dos últimos vinte anos permitiu que a economia da capitania no século XVIII passasse a ser vista para além da exploração mineral. Aprofundar a composição dessa economia mineradora e sua vinculação com os setores não-exportadores foi desafio que os novos historiadores enfrentaram. Diferentes trabalhos chamaram a atenção para a importância da agricultura interna no abastecimento urbano das Minas, a diversidade da sua economia e das ocupações e a articulação entre os diferentes mercados regionais. Ficou demonstrado o dinamismo dessa economia agrícola interna à capitania assentada no trabalho escravo e voltada para seu próprio abastecimento, como também sua ligação com outras capitâncias e sua importância, após a transferência da Corte, para suprir de gêneros de subsistência o mercado do Rio de Janeiro. Distantes do litoral, as mesas dos mineiros eram compostas basicamente a partir de alimentos que eram oriundos e produzidos

na sua terra conjugados aos produtos que eram importados do reino. Produtos agrícolas locais, como o milho e a mandioca, eram essenciais ao sustento da população local. Salientou-se a heterogeneidade e a diversidade dos artigos comercializados nas Minas, que eram trazidos em diferentes carregações dos portos litorâneos (Bahia e Rio de Janeiro), de outras capitania e dos sertões das Minas Gerais, onde também se produzia uma agricultura de gêneros “da terra” e se criava o gado (GUIMARÃES e REIS, 1986; GUIMARÃES, 1987; ANDRADE, 1994; ANDRADE, 2008; CARRARA, 1997; CARRARA, 2001a; CARRARA, 2005; CARRARA, 2007b; ALMEIDA, 1994; MENESES, 1998; MENESES, 2000; MAGALHÃES, B.R. 2002; RODRIGUES, 2002a; MAGALHÃES, S.M. 2004; ALMEIDA, 2006; CUNHA, 2002b; SILVA, 2008).

Era o comércio que promovia a integração dos mercados internos e externos à capitania, peça fundamental no abastecimento dos núcleos urbanos e forma também de promover a interiorização dos interesses metropolitanos na capitania. A atividade comercial era dinâmica e envolvia os mais diversos setores da sociedade local. Havia o comércio por grosso e a retalho, os estabelecimentos fixos e os mercadores volantes e, apesar das diversas carregações que entravam na capitania serem compostas de variados gêneros de produtos, inclusive escravos, havia uma certa especialização entre aqueles que se dedicavam exclusivamente à atividade mercantil. As câmaras municipais tiveram um papel importante no sentido de estabelecer uma política que propiciasse a organização do mercado de víveres nos núcleos urbanos, ao mesmo tempo que estabelecia uma política de repressão aos atravessadores e ao comércio ilegal (LENHARO, 1979; CHAVES, 1999; CHAVES, 2001; FURTADO, J.F. 1999a; FURTADO, J.F. 2006a; FURTADO, J.F. e VENÂNCIO, 2000; ALMEIDA, 2007).

Esse dinamismo econômico da capitania promoveu a diversificação das atividades e das ocupações, exigindo um conjunto notável de ofícios, que os novos estudos têm revelado, desempenhado por brancos, mulatos e negros de ambos os sexos. Percebe-se que os graus das ocupações refletiam as hierarquias por meio das quais a sociedade procurava se moldar, sendo assim, os cargos administrativos que conferiam honra e prestígio eram geralmente ocupados por brancos e, mais raramente, por mulatos que conseguiam alguma distinção. Os brancos também encontravam lugar no ramo de abastecimento, praticamente monopolizando o comércio por grosso. A atividade mercantil refletia as hierarquias sociais e, dessa forma, o pequeno comércio a retalho e o comércio volante eram desempenhados, majoritariamente, por brancos e mulatos nascidos no Brasil. Já o pequeno comércio de rua e as vendas de morro estavam muitas vezes nas mãos das mulheres forras (FIGUEIREDO, 1993; FURTADO, J.F. 1999a; FURTADO, J.F. e VENÂNCIO, 2000; PANTOJA, 2001; ALMEIDA, 2004).

Os escravos que dominavam algum tipo de ofício eram valorizados dentro dos plantéis e tornavam-se mais valiosos que os demais. O domínio dessas ocupações era mecanismo também para os cativos de acesso à alforria e tornou-se comum encontrar registros nos testamentos de ex-escravos que a liberdade

fora alcançada por meio de sua agência e trabalho. Mesmo a população de cor encontrava na sociedade mineira algumas ocupações de destaque como o ofício de capitão do mato, freqüentemente ocupado por forros. Os artífices e os oficiais mecânicos, desde cedo reunidos em oficinas, foram responsáveis pela construção e ornamentação das edificações religiosas e civis. A decoração das igrejas, as obras de talha e as imagens de santos exigiram a participação efetiva de amplo espectro de trabalhadores manuais (PAIVA, 1996, 167-216; ALVES, 1997; TRINDADE, 2002; MENESES, 2003; ARAÚJO, 2003). Os trabalhos recentes têm procurado desvendar o universo numeroso desses artífices para além da figura emblemática do Aleijadinho (SOUZA, G.M.M.A. 2008).

As mãos desses homens e mulheres davam forma à pedra, à madeira e a outros objetos que, juntamente com as mercadorias que o comércio trazia de longe, compunham o universo material que moldava o cotidiano da sociedade mineradora. Dentro das casas reinava a simplicidade, os móveis eram poucos e rústicos, as roupas, em geral escassas. A maioria das pessoas dormia em redes ou em estrados de madeira, cobertos de palha. As camas de madeira, principalmente as com dossel, eram raras e constituíam um luxo. À mesa, os hábitos eram simples. Sentava-se geralmente em tamboretes e comia-se em pratos de folha ou estanho, quase sem a utilização de talheres. Os talheres de prata serviam mais como pecúlio, penhorado em troca de moedas em uma hora de aperto. Mas havia ambientes onde o luxo imperava, muitas vezes até mesmo onde se esperaria a simplicidade. Não foram poucas as mulheres forras que reuniram entre as paredes de sua casa objetos que rememoravam seu passado africano, junto a outros que permitiam a inserção delas na cultura branca portuguesa, assumindo em parte seus hábitos, a partir do domínio sobre a cultura material, o que lhes distanciava cada vez mais do mundo da senzala onde nasceram (MAGALHÃES, B.R. 1999; DIAS, M.O.S 2001; FURTADO, J.F. 2003, 128-143; MÓL, 2002; BORREGO, 2004; MACHADO; 2004; MAGALHÃES, 2004). Porém, sobre a vida material da capitania ainda há muito que estudar: como as distinções de status se refletiam nas vestimentas e acessórios, como se organizava o abastecimento local, quais gêneros eram produzidos internamente e qual o papel das câmaras municipais nesse setor, como as diferenças sociais e regionais influíam no mobiliário e na arquitetura das casas? Estes são alguns dos muitos temas a serem ainda desvendados.

6. Universo cultural

A História da Cultura em seus diversos matizes, inclusive o das Mentalidades, trouxe um novo panorama aos estudos históricos no Brasil nos últimos vinte anos. O estudo das práticas culturais, libertado das amarras do determinismo econômico, ou dos limites impostos pelo conceito de ideologia, abriu um universo infinito de temas ao pesquisador. O barroco foi estudado de forma ampla, como um conceito capaz de articular o estudo das práticas culturais da capitania, do modo de vida de seus habitantes, da forma de organização

do espaço urbano, etc., enquanto expressões do mesmo ambiente cultural que imperava (PAES, 2000). Esses estudos se caracterizaram por abandonar o entendimento do barroco apenas como um estilo artístico-arquitetônico (OLIVEIRA, sd). O mito do Aleijadinho enquanto artista ímpar e único foi questionado (SOUZA, G.M.G.M.A. 2008) e diversos estudos debruçaram-se sobre o universo mais amplo dos artistas que circularam na capitania, inventariando o fazer-se das obras, esmiuçando a importação de estilos e técnicas, bem como a criatividade e a inventividade local.

Notadamente, o século XVIII mineiro foi inquirido à luz de novas questões. O estudo sobre a vida associativa, em especial sobre as irmandades religiosas e sua relação paradoxal com o Estado, instigou vários debates entre os que salientavam o papel dessas instituições como reprodutoras do aparelho metropolitano e os que acentuavam sua autonomia. Esses trabalhos apontaram para a percepção de que as irmandades e as igrejas onde elas se abrigavam eram locais não só de representação social, de reprodução e fortalecimento das hierarquias pelas quais a sociedade procurava se reproduzir e se identificava, mas também de perversão dessa mesma ordem, pois não raro, apesar dos estatutos restritivos e excludentes, os forros encontravam inserção nas outrora exclusivas associações de brancos (SCARANO, 1978; BOSCHI, 1986; BOSCHI, 1994, 39-58; AGUIAR, 1993; CAMPOS, 1994; BORGES, 1998; AGUIAR, 1999; MARTINS FILHO, 2007).

138

Também se buscou analisar o papel das irmandades enquanto lugar para a realização das práticas religiosas cristãs, em conformação com o ideal evangelizador da Igreja católica. Instigantes estudos sobre a morte, a pompa fúnebre, as devoções mineiras e o gosto do macabro foram realizados, salientando a devoção religiosa e a preferência pelo fausto que marcaram a prática cristã nas Minas Gerais, em consonância com o que ocorria no restante da América portuguesa. Nesse sentido, a documentação das irmandades e os testamentos constituíram importantes fontes para a compreensão da religiosidade, ainda que muitas vezes tal prática fosse puramente formal uma vez que era difícil a vida social fora dessas instituições e que a escritura dos testamentos fosse marcada por regras de estilo pré-estabelecidas (FADEL, 1994; DAVES, 1998; ÂNGELO, 1999; CAMPOS, 1992; CAMPOS, 1996; CAMPOS, 2004a; CAMPOS e FRANCO, 2004; FURTADO, J.F. 2001b; PEREIRA, 2002; LIBBY e BOTELHO, 2004; RAMOS, 2004; BOSCHI, 2007; LOTT, 2008).

Os ex-votos passaram a ser utilizados como fontes de estudo da religiosidade da população das Minas, fossem brancos, forros ou escravos, reflexo do alargamento do conceito de documento por parte dos especialistas. A análise das tábuas votivas revelou, entre tantos outros temas, os santos de devoção da população, que constantemente recorriam em busca de sua proteção para se livrarem de doenças, acidentes e infortúnios (CASTRO, 1994; ABREU, 2001). As condições sanitárias e a proliferação das doenças foi tema mais recentemente explorado pelos historiadores das Minas Gerais, que encontraram nos tratados médicos escritos na capitania fonte profícua de informações. A tipologia das doenças

foi reveladora dos diferentes status sociais dos habitantes locais e muitas das práticas de cura estavam imbuídas de práticas mágicas (RIBEIRO, 1997; GROSSI, 1998-1999; GROSSI, 1999b; EUGÊNIO, 2000; WISSENBACH, 2001; FURTADO, J.F. 2001c; FURTADO, J.F. 2001d; FURTADO, J.F. 2007).

A difusão dos livros e as práticas de leitura foram assuntos que despertaram o interesse dos estudiosos, pois se percebeu a importância e a abrangência da cultura letrada que se configurou nas Minas, principalmente a partir da segunda metade do século XVIII. Se por um lado, o mobiliário das casas era simples ou quase inexistente; por outro, contrastavam os objetos de adorno, as louças e as bibliotecas. Não raro, a elite mineira encontrou nos livros o arcabouço para as idéias de sedição e inconformismo que, de tempos em tempos, agitaram as Gerais, sendo que muitas delas ancoravam-se no Iluminismo e também na tradição histórica da Segunda Escolástica, apontando para um trânsito de idéias entre as Minas, Portugal e a Europa. Muitos desses jovens foram fazer seus estudos universitários no velho continente, especialmente na Universidade de Coimbra. Esses estudos não pretendiam defender que a simples posse de livros proibidos fosse suficiente para provocar um levante ou revolução, nem que as bibliotecas eram constituídas apenas de livros de teor iluminista, mas certamente a leitura e a difusão sistemáticas de várias obras corroíam os pilares dos estados absolutistas – *a lei, a fé e o rei*. Os inventários mineiros do fim do século XVIII revelaram uma elite sofisticada e intelectualizada, em constante contato com hábitos e idéias que circulavam na Europa, mas não apenas adaptando as idéias que vinham de fora, mas reinterpretando-as à luz das vivências locais (LUCAS, F. 1998; LEITE, 1989a; LEITE, 1989b; LEITE, 1989c; LEITE, 1990a; LEITE, 1990b; LEITE, 1991; LEITE, 2000; VILLALTA, 1992; VILLALTA, 1995; VILLALTA, 1999; BOSCHI, 1994, 11-39; SILVA, M.B., 1995; VERSIANI, 1996; VALADARES, 1997; FURTADO, J. 1997; ALVARENGA, 1999; STUMPF, 2001; RODRIGUES 2002b; ALCIDES, 2003; ANTUNES, 2004; SOUZA, R.F. 2004, FURTADO, J.F. 2006d).

A cidade foi o local ideal para a publicidade do poder real, e o universo urbanístico de Minas foi palco de inúmeros cortejos, procissões, festas e desfiles que, por vezes, se prolongavam por vários dias. Esses eventos serviam para reforço do poder do estado e para a vivência do culto religioso católico. Foram emblemáticos do luxo e do fausto das festas mineiras o Triunfo Eucarístico, celebrado em Vila Rica, em 1733, por ocasião da transladação do Santíssimo Sacramento da igreja do Rosário para a matriz do Pilar, e o Áureo Trono Episcopal que se realizou, em 1748, em comemoração da criação do bispado de Mariana, e da chegada do primeiro bispo, Dom Manoel da Cruz. O poder eternizava-se nos monumentos que se erguiam, na ordenação do espaço e também nos vários acontecimentos sociais, principalmente os que ocorriam na rua, como festas e procissões. Eram momentos que revelavam a ordenação informal pela qual a sociedade mineira dos setecentos procurava se regrar, e estavam marcados pelas normas de etiqueta e pela pompa que informavam os padrões de comportamento e hierarquia que se procurava instituir. Ao mesmo tempo,

eram válvulas de escape das tensões que estas mesmas sociedades engendravam e, em muitos de seus aspectos, eram manifestações inversas do quadro social onde estavam inseridas. Neste jogo de oposições, as festas oficiais eram mecanismos de reforço dos laços sociais, pois cumpriam um duplo papel, tinham um aspecto pedagógico, ensinando aos indivíduos o papel que eles ocupavam e também relaxavam das contradições existentes na sociedade, sendo “um hábil meio de diminuir as tensões inerentes à diversidade étnica e às distinções sociais da colônia” (PRIORE, 1994, 15; KANTOR, 1995; KANTOR, 1996; KANTOR, 2001; AGUIAR, 2001; SANTIAGO, 2001; SANTIAGO, 2003).

Durante os festejos, a utilização de recursos auditivos, como a música, trombetas, tambores ou pífanos, servia para despertar a curiosidade dos que estavam atrás das portas, atrair ainda mais a atenção dos passantes e tirá-los de sua rotina. A música era fartamente utilizada em cerimônias civis e religiosas, criando um clima diferente, artificial e de encantamento. A estética barroca projetava um cenário audiovisual, onde o ilusório e o inesperado estavam sempre presentes, o que explica o uso constante de estampidos, tambores, apitos, clarins, trombetas, tiros de mosquetes. “No Triunfo Eucarístico, um grupo de músicos abria o desfile e, no meio, iam um gaiteiro, um moleque tocando tambor e quatro negros tocando trombetas. Na missa de exéquias de D. João V em São João Del Rei, o clima fúnebre e algo etéreo, num tempo suspenso entre a vida e morte, foi criado na igreja, por dois coros, dois rabecões e um cravo” (FURTADO, J.F. 1997, 257). Os sons ouvidos por toda a capitania eram diversos e variados, sintomáticos do viver em colônia (FURTADO, J.F. 2008a). A prática musical em Minas gerou todo um conjunto de profissionais, organizado em corporações e que se punha a serviço das câmaras municipais e das irmandades. O movimento musical na capitania, cujo resgate se iniciou com os trabalhos de Curt Lange, foi marcado pela erudição e refinamento das partituras e é um tema que ainda desafia os historiadores que se esforçam para completar o levantamento sistemático desse acervo a fim de analisá-lo (LANGE, 1979; MONTEIRO, 1995; CASTAGNA, 2000; CASTAGNA, 2001; CASTAGNA, 2002; TUGNY, 2001; MIRANDA, 2002, CASTAGNA, 2008; DIAS, S. 2001; GUIMARÃES, 2001).

A prática das festas não eram prerrogativas dos brancos. Os batuques de negros preenchiam de sons as noites mineiras, aterrorizando senhores, que não compreendiam seus significados, pois não partilhavam do mesmo universo cultural. Os batuques lembravam aos homens brancos que a cultura africana era marcada por um universo de magia que, em Minas Gerais, se amalgamou às práticas de feitiçaria oriundas do universo cultural europeu, conforme estudos inovadores têm apontado. O desconhecimento da cultura africana, inclusive suas línguas, gerava o medo, mas não só isso, o perigo dos caminhos, a natureza agreste e selvagem, os conflitos cotidianos, a ameaça dos quilombolas estavam entre os inúmeros fatores que provocavam temor na população local (QUEIROZ, 1998; LARA, 1999; GROSSI, 1999a; RAMOS, 2000; PAIVA, 2001a; PAIVA, 2001b; AGUIAR, 2001; DIAS, P. 2001; LUCAS, G. 2002; CASTRO, 2002;

FURTADO, J.F. 2008a).

O inconformismo foi prática reinante no universo cultural das Minas Gerais e as heresias, a magia, a moralidade heterodoxa, os resquícios de paganismo e da religiosidade africana eram constantemente perseguidos pelos visitadores diocesanos, que nos legou registros inestimáveis sobre a cultura local às margens dos padrões institucionais. Muitos historiadores se aventuraram no estudo do que se convencionou chamar de circularidade ou reciprocidade entre a cultura erudita e a popular, cujo exemplo clássico foi o de Pedro de Rates Henequim, preso pela Inquisição, condenado como herege e queimado no último Auto de Fé que Lisboa assistiu (GOMES, 1997; ROMEIRO, 1999). A análise de sua visão de mundo e de outros contemporâneos seus revela a existência de um universo mental comum aos moradores das Minas, particularmente os oriundos do reino, no início do século XVIII, no qual o milenarismo ocupava um papel central e levava esses atores à edenização da região. Nesta perspectiva, o olhar se desloca e a América coloca-se como centro a partir do qual idéias novas eram constituídas. As caravelas que cortavam incessantemente os oceanos tornavam-se caravelas de cultura, não só porque eram portadoras de homens e objetos que reproduziam na terra dos papagaios os valores e a cultura européia, mas que no trajeto de volta levavam uma nova percepção do mundo, uma cultura mestiça que imprimia suas marcas na própria cultura do colonizador. O gosto era um dos elementos desses intercâmbios: gosto arquitetônico, culinário, estético, etc. – temas, com raras exceções, ainda bem pouco estudados (MENESES, 1998; ALCIDE3S, 2003; MACHADO, 2004; MAGALHÃES, 2004; ABDALA, 2006)

141

7. Considerações finais

Deste primeiro balanço emerge um saldo favorável. A proliferação dos estudos, com sua diversidade temática, metodológica e caráter interdisciplinar, tem aberto o campo de investigação para o historiador que se debruça sobre o passado colonial das Minas Gerais. Percebe-se que esse conjunto de trabalhos tem se mostrado sensível ao particular, aos processos históricos correntes na capitania, mas em eterna sintonia com os acontecimentos mais globais, especialmente os que aconteciam em outras regiões do Brasil como no restante do império. A historiografia sobre Minas Gerais recente acompanhou de perto a renovação dos estudos históricos no mundo e no Brasil, mas não o fez apenas como simples imitação de modelos. Procurou contribuir de forma original nos debates que têm sido travados nos últimos anos e utilizando a experiência histórica da capitania para propor novas interpretações sobre temas caros à comunidade acadêmica, particularmente no que diz respeito às relações de poder no interior do império ultramarino português, salientando as identidades e os paradoxos decorrentes das relações entre os dois pólos. Tem-se aberto também o campo de estudos comparativos, ainda que estudos com este perfil sejam ainda em número reduzido. A abertura nunca vista do conceito de fontes

promoveu a incorporação inovadora de um conjunto heterodoxo de documentos, no sentido amplo do termo. Isso permitiu que fosse desvendado o dia-a-dia das Minas, e a sociedade e a cultura mineradora foram temas de inúmeros trabalhos que salientaram a diversidade e a heterogeneidade como suas características intrínsecas, descortinando, como nunca antes aos olhos do público, o mundo dos livres, forros e escravos da capitania que viveram em contínua interação e conflito.

Bibliografia citada no artigo

- ÁVILA, Affonso. **Resíduos seiscentistas em Minas**: textos do século do ouro e as projeções do mundo barroco. Belo Horizonte: Centro de Estudos Mineiros/ UFMG, 1967.
- CANO, Wilson. Economia do ouro em Minas Gerais. **Contexto**, São Paulo, v.3, julho de 1977.
- FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 1^a ed. 1vol. s.l, s.e., s.d.
- FRIEIRO, E. **O diabo na livraria do cônego**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.
- _____. **Feijão, angu e couve**: ensaio sobre a comida dos mineiros. Belo Horizonte: Centro de Estudos Mineiros: 1966.
- FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 17^a. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1980.
- GRUZINSKI, Serge. **La colonisation de l'imaginaire**. Sociétés indigènes et occidentalisation dans le Mexique espagnol. Paris: Galimard, 1988.
- _____. **O pensamento mestiço**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- HESPANHA, M. e XAVIER, Ângela. As redes clientelares. In MATTOSO, José (org). **História de Portugal**: o antigo regime. Lisboa: Editorial Estampa, 1993. v.4, p.381-93.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Metais e pedras preciosas. In **História da Civilização Brasileira**; a época colonial. 6^a.ed. São Paulo: Difel, 1985. Tomo I, vol.2. p.259-310.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 25^a.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.
- _____. **Caminhos e fronteiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- IGLÉSIAS, Francisco. Perspectivas da história econômica de Minas Gerais, 1889-1930. **Colloques Internationaux du CNRS**. N.543. L'Histoire quantitative du Brésil de 1800-1930, n.p. Paris, 1973.
- _____. Minas e a imposição do Estado no Brasil. **Revista de História**, São Paulo, vol. 50, p.257-273, 1974.
- PRADO JR., Caio. **História Econômica do Brasil**. 21^a. ed. São Paulo: Brasiliense, 1978.
- PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo** - colônia. São Paulo: Martins, 1979.
- PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo** - colônia. 16a. ed. São

Paulo: Brasiliense, 1942

XAVIER, Ângela Barreto. **El Rei aonde pôde, e não aonde quer:** razões da política no Portugal seiscentista. Lisboa: Edições Colibri, 1998.

Historiografia sobre Minas Gerais: Esboço bibliográfico consultado

ABDALA, Mônica Chaves. Sabores da tradição. **Revista do Arquivo Público Mineiro.** Belo Horizonte, ano XLII, n.2, p.119-130, 2006.

ABREU, Jean Luiz Neves. **O imaginário do milagre e a religiosidade popular:** um estudo sobre a prática votiva nas Minas do século XVIII. Belo Horizonte: FAFICH-UFMG, 2001. (Dissertação, Mestrado em História)

AGUIAR, Marcos Magalhães de. **Vila Rica dos confrades.** São Paulo: FFLCH-USP, 1993. (Dissertação, Mestrado em História).

_____. **Negras Minas Gerais:** uma história da diáspora africana no Brasil colonial. São Paulo: IPE/USP, 1999. (Tese, Doutorado em História).

_____. Festas e rituais de inversão hierárquica nas irmandades negras de Minas colonial. In JANCSÓ, István e KANTOR, Iris. (orgs.) **Festa:** cultura e sociabilidade na América Portuguesa. São Paulo: Edusp/Hucitec/Imprensa Oficial, 2001. v.1, 361-393.

ALCIDES, Sérgio. **Estes penhascos:** Cláudio Manoel da Costa e a paisagem das Minas Gerais (1753-1773). São Paulo: Hucitec, 2003.

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. **Alterações nas unidades produtivas mineiras – Mariana, 1750-1850.** Niterói: UFF, 1994. (Dissertação em História).

_____. **Homens ricos, homens bons:** produção de alimentos e hierarquização social em Minas Gerais, 1750-1822. Niterói: UFF, 2001. (Tese, Doutorado em História).

_____. Ricos e pobres em Minas setecentista: a sociedade colonial polarizada.

Oficina da Inconfidência Revista de Trabalho, Ouro Preto, v. 3, p. 119-159, 2004.

_____. De Vila Rica ao Rio das Mortes: mudança do eixo econômico em Minas colonial. **Locus**, Juiz de Fora, v. 11, p.137-160, 2006.

_____. Uma nobreza da terra com projeto imperial: Maximiliano de Oliveira Leite e seus parentados. In FRAGOSO, João Luís Ribeiro; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de; ALMEIDA, C. M. C. (orgs.) **Conquistadores e negociantes:** histórias de elites no Antigo Regime nos Trópicos. América Lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 121-193.

ALVARENGA, Thábata Araújo de. Tradição ou inovação nas leituras: Vila Rica – 1750-1800. **Oficina da Inconfidência, Revista de trabalho**, Ouro Preto, Museu da Inconfidência, ano 1, v.1, p.25-64, 1999.

ALVES, Célio Macedo. **Artistas e irmãos:** o fazer artístico no ciclo do ouro mineiro. São Paulo: USP, 1997. (Dissertação em História).

AMANTINO, Márcia. O sertão oeste em Minas: um espaço rebelde. **Varia Historia**, Belo Horizonte, n.29, p.79-88, jan.2003.

AMANTINO, Márcia. **O mundo das feras:** os moradores do sertão oeste de

- Minas Gerais – século XVIII. São Paulo: Annablume, 2008.
- ANASTASIA, Carla Maria Junho. Potentados e bandidos: os motins do São Francisco. **Revista do Departamento de História**. Belo Horizonte, FAFICH/UFMG, v.9, p.74-85, 1989.
- _____. **Vassalos rebeldes**: violência coletiva nas Minas na primeira metade do Século XVIII. Belo Horizonte, Ed. UFMG – C/Arte, 1998.
- _____. Salteadores, bandoleiros e desbravadores nas matas gerais da Mantiqueira. In PRIORE, Mary del. (org). **Revisão do paraíso: os brasileiros e o estado em 500 anos de história**. Rio de Janeiro: Campus, 2000. p.115-126.
- _____. A Lei da Boa Razão e o novo repertório da ação coletiva nas Minas setecentistas. **Varia Historia**, Belo Horizonte, n.28, p.29-38, dez.2002.
- _____. **A geografia do crime**: violência nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2005.
- ANASTASIA, Carla Maria J. e SILVA, Flávio Marcus. Levantamentos setecentistas mineiros, violência coletiva e acomodação. FURTADO, Júnia F. (org). In **Diálogos Oceânicos**: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2001. p.307-332.
- ANDRADE, Francisco Eduardo de. **A enxada complexa**: roceiros e fazendeiros em Minas Gerais na primeira metade do século XIX. Belo Horizonte: FAFICH-UFMG, 1994. (Dissertação em História).
- _____. A conversão do sertão: capelas e a *governamentalidade* nas Minas Gerais. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v.23, n.37, jan.jun.2007.
- _____. **Entre a roça e o engenho**: roceiros e fazendeiros em Minas Gerais, primeira metade do século XIX. Viçosa: Editora da Universidade Federal de Viçosa, 2008.
- _____. **A invenção das Minas Gerais**: empresas, descobrimentos e entradas nos sertões do ouro da América portuguesa . Belo Horizonte: Autêntica/ Ed.Puc/ Minas, 2008.
- ANDRADE, Marcos F. **Rebeldia e resistência**: as revoltas escravas na província de Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG, 1996. (Dissertação, Mestrado em História).
- ÂNGELO, Rosana Figueiredo. **A venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo de Sabará**: pompa barroca, manifestações artísticas e a cerimônia da Semana Santa (séc. XVIII a meados do séc. XIX). Belo Horizonte: UFMG, 1999. (Dissertação, Mestrado em História).
- ANTUNES, Álvaro de Araújo **Espelho de cem faces**: o universo relacional do advogado setecentista José Pereira Ribeiro. São Paulo: Annablume, 2004.
- ARAÚJO, Emmanuel. **Teatro dos Vícios**: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.
- _____. Tão vasto, tão ermo, tão longe: o sertão e o sertanejo nos tempos coloniais. In PRIORE, Mary del. (org). **Revisão do paraíso: os brasileiros e o estado em 500 anos de história**. Rio de Janeiro: Campus, 2000, p.45-91.
- ARAÚJO, Janeth Xavier de. **Para a decência do culto de Deus**: artes e ofícios na Vila Rica setecentista. Belo Horizonte: UFMG, 2003. (Dissertação, Mestrado em

História).

ARAÚJO, Luiz A. Silva. **Contratos e tributos nas Minas Setecentistas**: o estudo de caso - João de Souza Lisboa (1745-1765). Niterói: UFF, 2003. (Dissertação, Mestrado em História).

BASTOS, Wilson de Lima. **Caminho Novo**: espinha dorsal de Minas. Juiz de Fora: Funalfa, 2004.

BERGAD, Laird W. **Slavery and demographic and economic history of Minas Gerais, Brazil**, 1720-1888. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

BORREGO, Maria A. Menezes. **Códigos e prática**: o processo de constituição urbana em Vila Rica colonial (1702-1748). São Paulo: Annablume, 2004.

BORGES, Célia. **Devoção branca de homens negros**: as irmandades do Rosário em Minas Gerais no século XVIII. Niterói: UFF, 1998 (Doutorado em História).

BORGES, Maria Eliza Linhares. A hermenêutica cartográfica em uma sociedade miscigenada. In ANASTASIA, Carla M. J. e PAIVA, Eduardo F. (orgs.). **O Trabalho mestiço**: maneiras de pensar e formas de viver - séc. XVI a XIX. São Paulo, 2002. p.105-122.

BOSCHI, Caio César. O assistencialismo na capitania do ouro. **Revista de História**, São Paulo, nº.116, p.25-41, jan./jun.1984.

_____. **Os leigos e o poder**: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais. São Paulo: Ática, 1986.

_____. As visitas diocesanas e a Inquisição na colônia. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.7, nº.14, p.151-184, 1987.

_____. **Achegas à História de Minas Gerais**. Porto: Poryucalense, 1994.

_____. **Fontes Primárias para a História de Minas Gerais em Portugal**.

Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998. (Coleção Mineiriana)

_____. Em Minas, os negros e seus compromissos. In MARTINS FILHO, Amilcar Vianna. (org.) **Compromissos de irmandades mineiras**. Belo Horizonte: Instituto Cultural Amílcar Martins, 2007, p.275-292.

BOSCHI, Caio César (coord.); FURTADO, Júnia Ferreira (índices). **Inventário dos Manuscritos Avulsos relativos a Minas Gerais existentes no Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa)**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998b, 3.vol. (Coleção Mineiriana)

BOSCHI, Caio César; FIGUEIREDO, Luciano Raposo; MORENO, Carmen. **Inventário da Coleção Casa dos Contos**: livros 1700-1891. Belo Horizonte: Ed.PUCMinas, 2006.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. A escravidão nas Minas Gerais, c.1720. In BOTELHO, T. R. et allii. (orgs.) **História quantitativa e serial no Brasil**: um balanço. Belo Horizonte, ANPUH-MG, 2001. p.45-63.

BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. **Minas patriarcal**: família e sociedade (São João del Rei – séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007.

CAMPOS, Adalgisa A. Execuções na colônia: a morte de Tiradentes e a cultura barroca. **Revista Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 110, p.141-167,

1992.

_____. **Pompa, escatologia e artes na cultura colonial mineira.** São Paulo: USP, 1994. (Tese, Doutorado em História).

_____. Irmandades mineiras e missas. **Varia Historia**, Belo Horizonte, n.15, p.19-27, mar.1996.

_____. Locais de sepultamento e escatologia através de registros de óbitos da época barroca – a Freguesia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v.31, p.141-175, 2004a.

CAMPOS, Adalgisa Arantes. (org.) BANCO de dados da Freguesia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto. Número especial da revista **Varia Historia**, Belo Horizonte, v.31, 2004b.

CAMPOS, Adalgisa Arantes e FRANCO, Renato. Notas sobre os significados religiosos do batismo. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v.31, p.21-40, 2004.

CAMPOS, Maria Verônica. **Governo de Mineiros:** de como meter as Minas numa moenda e beber-lhe o caldo dourado – 1693 a 1737. São Paulo: USP, 2002. (Tese, Doutorado em História).

CARRARA, Angelo Alves. **Agricultura e pecuária na Capitania de Minas Gerais (1674-1807).** Rio de Janeiro: UFRJ, 1997 (Tese, Doutorado em História).

_____. A Capitania de Minas Gerais (1674-1835): modelo de interpretação de uma sociedade agrária. **História Econômica História de Empresas**, São Paulo Brasil, v. 3, n. 2, p. 47-63, 2001a.

_____. Espaços urbanos de uma sociedade rural: Minas Gerais, 1808-1835.

Varia Historia, Belo Horizonte, n. 25, p. 144-164, 2001b.

_____. Desvendando a riqueza na terra dos diamantes. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v. 41, p. 40-59, 2005.

_____. Antes das Minas Gerais: conquista e ocupação dos sertões mineiros.

Varia História, v.23, n. 37, p. 574-596, 2007a.

_____. **Minas e currais:** produção rural e mercado interno em Minas Gerais, 1674-1807. Juiz de Fora: Ed.UFJF, 2007b.

_____. **Fontes quantitativas para a história de Minas Gerais no Setecentos.** Juiz de Fora: Clio Edições Eletrônicas, 2008.

CASTAGNA, Paulo A. **O 'estilo antigo' na prática musical paulista e mineira nos séculos XVIII e XIX.** São Paulo: USP, 2000. (Tese, Doutorado em História)

_____. Primeiros organistas da Catedral de Mariana. **Caixa Expressiva**. Piracicaba, v.5, n.10, p.20-21, 2001.

_____. As claves altas na prática musical religiosa paulista e mineira dos séculos XVIII e XIX. **Per Musi**. Belo Horizonte, v.3, p.27-42, 2002.

CASTAGNA, Paulo. (coord.) **Patrimônio arquivístico-musical mineiro**. Belo Horizonte: Governo de Minas Gerais/ Secretaria de Estado de Cultura, 2008, 3v.

CASTRO, Márcia de Moura. **Os ex-votos mineiros:** as tábuas votivas do ciclo do ouro. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1994.

CASTRO, Yeda P. **A língua mina-jeje no Brasil: um falar africano em Ouro Preto do século XVIII.** Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2002. (Coleção

Mineiriana).

CATÃO, Leandro Pena. **Sacrílegas palavras**: Inconfidência e presença jesuítica nas Minas Gerais durante o período pombalino. Belo Horizonte, UFMG, 2005. (Tese, Doutoramento em História).

CHAVES, Cláudia Maria das Graças. **Perfeitos Negociantes**: mercadores das Minas setecentistas. São Paulo: Annablume, 1999.

_____. **Melhoramentos no Brazil**: integração e mercado na América portuguesa (1780-1822). Niterói: UFF, 2001. (Tese, Doutorado em História).

CHAVES, Maria Lúcia Resende. **Família escrava e riqueza na Comarca do Rio das Mortes**: o distrito do Lage (1780-1850). Belo Horizonte: UFMG, 1998. (Dissertação, Mestrado em História).

CHEQUER, Raquel Mendes Pinto. **Negócios de família, gerência de viúvas**. Senhoras administradoras de bens e de pessoas (Minas Gerais 1750-1800). Belo Horizonte: UFMG, 2002. (Dissertação, mestrado em História).

COSTA, Antônio Gilberto, FURTADO, Júnia F., RENGER, Friedrich E., SANTOS, Márcia Maria D. **Cartografia das Minas Gerais**: da Capitania à Província. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

COSTA, Antônio Gilberto. (org.) **Cartografia da conquista das minas**. Lisboa: Kappa/ Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004. (Textos de Antônio Gilberto Costa, Júnia Ferreira Furtado, Friedrich E. Renger e Márcia Maria D. Santos).

COSTA, Gilberto. (org.) **Os Caminhos do Ouro e a Estrada Real**. Lisboa: Kappa/ Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005.

COSTA, Iraci del Nero. Minas colonial: características básicas de quatro estruturas demo-econômicas. **Acervo**, Rio de Janeiro, v.1,n.1,jan-jun.1986.

CORDEIRO, Ana Paula Meyer. **Minas ocultas**: civilização e fronteira no ocaso

da América portuguesa. Niterói: UFF, 2001. (Dissertação, Mestrado em História).

COTTA, Francis Albert. Milícias negras e pardas nas Minas do século XVIII. **Cronos**, Pedro Leopoldo, v.7, p.25-53, 2003.

_____. **Políticas da ordem e o universo militar nas Minas setecentistas**.

Belo Horizonte: UFMG, 2004. (Tese: doutorado em História)

CUNHA, Alexandre Mendes da. **Vila Rica - São João del Rey**: uma rota da desarticulação de cultura urbana entre o século XVIII e o XIX. Niterói: UFF, 2002a. (Dissertação, Mestrado em História).

_____. A diferenciação dos espaços: um esboço de regionalização para o território mineiro no século XVIII e algumas considerações sobre o redesenho dos espaços econômicos na virada do século XVIII. In **10º. Seminário sobre economia mineira**. Diamantina: CEDEPLAR, 2002b. (publicação eletrônica)

_____. No sertão, o lugar das minas: reflexões sobre a formação do espaço central das Minas Gerais no começo do século XVIII. **Estudos Históricos**, Dossiê Território e Espaço, Rio de Janeiro, CPDOC, v.40, p.25-45, julho-dezembro 2007.

DANTAS, Mariana Libânio de Rezende. **Black Townsmen**: a comparative study of the lives of persons of African origin and descent in slavery and freedom in Baltimore, Maryland, and Sabará, Minas Gerais, 1750-1810. Baltimore: Jonhs

- Hopkins, 2003. (Tese, Doutorado em História)
- _____. Child Abandonment and Foster Care in Colonial Brazil: Expostos and the Free Population of African Descent in 18th-Century Minas Gerais. In BRANASHUTE, Rosemary and SPARKS, Randy J. (eds). **From Slavery to Freedom**: Manumission in the Atlantic World. South Carolina: University of South Carolina Press, forthcoming.
- _____. Inheritance practices among individuals of African origin and descent in Eighteenth-century Minas Gerais, Brazil. In KLEIJWEGT, Marc. (ed). **Freed Slaves** - Integration and Exclusion. Leiden: Brill, forthcoming.
- DAVES, Alexandre Pereira. **Vaidades das Vaidades**: os homens, a morte e a religião nos testamentos da Comarca do Rio das Velhas (1716-1755). Belo Horizonte: UFMG, 1998. (Dissertação, Mestrado em História).
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Nos sertões do rio das Velhas e das Gerais: vida social numa frente de povoamento, 1710-1733. In FURTADO, Júnia Ferreira. (org.) **Erário Mineral de Luís Gomes Ferreira**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2001, v.1, p.45-105. (Coleção Mineiriana).
- DIAS, Paulo. A outra festa negra. In JANCSÓ, István e KANTOR, Iris. (orgs.) **Festa**: cultura e sociabilidade na América portuguesa. São Paulo: Edusp/Hucitec/Imprensa Oficial, 2001. v.2, p.859-888.
- DIAS, Sérgio. Considerações sobre a originalidade da música mineira setecentista. In **ANAIS do IV Encontro de Musicologia Histórica**: Música religiosa na América portuguesa. Juiz de Fora: Centro Cultural Pró-Música, 2001. p.143-172.
- DUTRA, Eliana. Historiografia sobre Minas Gerais: tendências e contrastes. **LPH – Revista de História**, Mariana, n.6, p.7-15, 1996.
- ESPINDOLA, Haruf Salmen. **Sertão do Rio Doce**. Bauru: Edusc, 2005.
- EUGÊNIO, Alisson. As doenças de escravos como problema médico em Minas Gerais no final do século das Luzes. **Varia Historia**, Belo Horizonte, UFMG, vol. 23, p.154-163, jul. 2000.
- FADEL, Bárbara. **Clero e sociedade**: Minas Gerais- 1745-1817. São Paulo: FFLCH-USP, 1994. (Dissertação, Mestrado em História).
- FARIA, Sheila de Castro. Sinhás pretas: acumulação de pecúlio e transmissão de bens de mulheres forras no sudeste escravista (séculos XVIII e XIX). In SILVA, F.C.T. da e MATTOS, H.M. e FRAGOSO, J. (orgs) **Escritos sobre história e educação**: homenagem a Maria Yedda Leite Linhares. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2001.
- _____. **Sinhás pretas, “damas mercadoras”**. As pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rei (1700-1850). Rio de Janeiro: UFF, 2004. (Tese, Concurso de Titular)
- FERREIRA, Rodrigo de Almeida. **O descaminho de diamantes**: relações de poder e sociabilidade na demarcação diamantina no período dos contratos (1740-1771). Belo Horizonte: UFMG, 2004. (Dissertação, Mestrado em História).
- FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. **O avesso da memória**: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília, DF: Edunb, 1993.
- _____. **Barrocas famílias**: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII.

São Paulo: Hucitec, 1995a.

_____. Protestos, revoltas e fiscalidade no Brasil colonial. **LPH. Revista de História**, Ouro Preto, vol.5, p.56-87, 1995b.

_____. Remendar a vida em Minas é costurar o couro da memória ... **Anais do I Encontro dos Cursos de História de Minas Gerais**, Belo Horizonte, Newton Paiva, 1995c.

_____. "Painel Histórico e A sede e a saga: um percurso historiográfico da Inconfidência". In PROENÇA FILHO, Domício. (org). **A poesia dos Inconfidentes: poesia completa de Cláudio Manoel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga e Alvarenga Peixoto**. Rio de Janeiro: Nova Aguiar, 1996.

_____. Furores sertanejos na América portuguesa: rebelião e cultura política no sertão do rio São Francisco, Minas Gerais – 1736. **Oceanos**, Lisboa, v.40, p 128-144, Dez. de 1999. "Fronteiras do Brasil colonial".

_____. Rapsódia para um bacharel. In FIGUEIREDO, Luciano R. de A. e CAMPOS, Maria Verônica. (org.) **Código Costa Matoso**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1999, v.1, p.37-154. (Coleção Mineiriana)

_____. O império em apuros: notas para o estudo das alterações ultramarinas e das práticas políticas no império colonial português, séculos XVII e XVIII. In FURTADO, Júnia F. (org.) **Diálogos Oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001. p.197-254.

_____. Prudência e luzes no cálculo econômico do antigo regime: fiscalidade e derrama em Minas Gerais (notas preliminares para discussão). In **10º. Seminário sobre economia mineira**. Diamantina: CEDEPLAR, 2002. (publicação eletrônica)

FIGUEIREDO, Luciano, R. A. & SOUSA, Ricardo. Segredos de Mariana: pesquisando a Inquisição Mineira, **Acervo**, Rio de Janeiro, v.2, n.2, p.11-34, jul./dez.1987.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida; KANTOR, Íris; e CAMPOS, Maria Verônica. (orgs.) **CÓDICE Costa Matoso**. Número especial da revista **Varia Historia**, Belo Horizonte, v.21, 1999a.

FIGUEIREDO, Luciano R. de A. e CAMPOS, Maria Verônica. (org.) **Código Costa Matoso**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1999b, v.1, p.37-154. (Coleção Mineiriana)

FONSECA, Claudia Damasceno. O espaço urbano de Mariana: sua formação e suas representações. In **Termo de Mariana: história e documentação**. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1998. p.27-86.

_____. **Des terres aux villes de l'or**. Pouvoirs et territoires urbains au Minas Gerais (Brésil, XVIIIe siècle). Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2003a.

_____. Funções, hierarquias e privilégios urbanos: a concessão dos títulos de vila e cidade na capitania de Minas Gerais. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v.29, p.39-51, 2003b.

FREITAS E SOUZA, Rafael de. Famílias escravas em Minas Gerais nos inventários

e registros de casamento: o caso de São José do Rio das Mortes, 1743-1850. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v.24, n.39, p.273-292, 2008.

FURTADO, Joaci. Uma utopia para o passado: a Inconfidência Mineira nas Cartas Chilenas, **LPH: Revista de História**. Ouro Preto, v.5, p.138-143, 1995.

_____. **Uma república de leitores**: história e memória na recepção das cartas chilenas. São Paulo: Hucitec, 1997.

FURTADO, João Pinto. **O manto de Penélope**: história, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1788-9. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FURTADO, Júnia Ferreira. O outro lado da Inconfidência Mineira. Pacto colonial e elites locais. **LPH. Revista de História** - UFOP, Ouro Preto, v. 4, p. 70-91, 1993/94.

_____. **O Livro da Capa Verde**; a vida no Distrito Diamantino no período da Real Extração. São Paulo: Annablume, 1996.

_____. Desfilar: a procissão barroca. **Revista Brasileira de História** - ANPUH, São Paulo, v.17, n.33, p.251-279, 1997.

_____. **Homens de Negócio**: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas. São Paulo: Hucitec, 1999a.

_____. Historiografia mineira: tendências e contrastes. **Varia História** – UFMG, Belo Horizonte, v.20, p. 45-59 , março de 1999b.

_____. O Labirinto da Fortuna; ou os revezes na trajetória de um contratador de diamantes. In **História: Fronteiras**. Vol. I. Anais do XX Simpósio Nacional da ANPUH. São Paulo: Humanitas/ FFLCH-USP, 1999c, p.309-319.

FURTADO, Júnia Ferreira. (org.) **Diálogos Oceânicos**: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 2001a.

_____. Transitoriedade da vida, eternidade da morte: ritos fúnebres de forros e livres nas Minas setecentistas. In JANCSÓ, István e KANTOR, Iris. (orgs.) **Festa**: cultura e sociabilidade na América portuguesa. São Paulo: Edusp/Hucitec/ Imprensa Oficial, 2001b, v.1, p.397-416.

_____. Arte e segredo: o licenciado Luís Gomes Ferreira e seu caleidoscópio de imagens In FURTADO, Júnia Ferreira. (org.) **Erário Mineral de Luís Gomes Ferreira**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2001c, v.1, p.3-30. (Coleção Mineiriana)

FURTADO, Júnia Ferreira. (org.) **Erário Mineral de Luís Gomes Ferreira**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2001d, v.1, p.3-30. (Coleção Mineiriana)

FURTADO, Júnia Ferreira. Pérolas Negras: mulheres livres de cor no Distrito Diamantino. In **Diálogos Oceânicos**: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001e, p.81-121.

_____. Entre becos e vielas: o arraial do Tejuco e a sociedade setecentista. In: ANASTASIA, Carla M. J. e PAIVA, Eduardo F. (orgs.) **O trabalho mestiço**: maneiras de pensar e formas de viver - séculos XVI e XIX. São Paulo: Annablume, 2002, p.497-511.

_____. **Chica da Silva e o contratador dos diamantes**: o outro lado do

mito. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. Transitar na Estrada Real: o cotidiano dos caminhos. In: COSTA, Gilberto. (org.) **Os Caminhos do Ouro e a Estrada Real**. Lisboa: Kappa/ Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005, p.192-205.

_____. Teias de Negócio: conexões mercantis entre as minas do ouro e a Bahia durante o século XVIII. In FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo; SAMPAIO, A. C. Jucá; CAMPOS, Adriana Pereira. (orgs) **Nas rotas do império**: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português. Lisboa: Instituto de Investigações Científicas e Tropicais/Vitória: EDUFES, 2006a, p.165-192.

_____. Quem Nasce, quem chega: o mundo dos escravos no Distrito Diamantino e no arraial do Tejucó. In FURTADO, Júnia Ferreira; LIBBY, Douglas Cole. (orgs) **Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX**. São Paulo: Editora Annablume, 2006b, p.223-250.

_____. Sedição, heresia e rebelião nos trópicos: a biblioteca do naturalista José Vieira Couto. In DUTRA, Eliana Freitas; MOLLIER, Jean-Yves. (orgs). **Política, nação e edição**: o lugar dos impressos na construção da vida política, Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX. São Paulo: Editora Annablume, 2006c, p.69-86.

_____. Da arte de tratar os dentes. In FURTADO, Júnia Ferreira; STARLING, Heloísa Maria Murgel; FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves; GERMANO, Lígia Beatriz de Paula. (orgs.) **Odontologia**: história restaurada. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007, p.65-119.

_____. Os sons e os silêncios nas Minas do ouro. In **Sons, formas, cores e movimentos na modernidade atlântica**: Europa, Américas e África. São Paulo: Annablume, 2008a, p.19-56.

_____. Iluminuras da Sedição: A cartografia de José Joaquim da Rocha e a Inconfidência Mineira. In CAMPOS, Adalgisa A. **Território, Arte e Sociedade**. Atas do IV Congresso Internacional do Barroco Íbero-American. *Ouro Preto: C/Arte, 2008b*, p.981-1003 . (Publicação eletrônica)

FURTADO, Júnia F e VENÂNCIO, Renato Pinto. Comerciantes, tratantes e mascates. In PRIORE, Mary del. (org.). **Revisão do paraíso: os brasileiros e o estado em 500 anos de história**. Rio de Janeiro: Campus, 2000. p.93-113.

GOMES, Maria do Carmo Alvarenga de Andrade. **A produção do conhecimento histórico e o documento**: estudo da relação entre a historiografia sobre Minas Gerais e as fontes primárias. Belo Horizonte: UFMG, 1994. (Dissertação, Mestrado em Ciência da Informação).

GOMES, Plínio F. **Um herege vai ao paraíso**: cosmologia de um ex-colono condenado pela Inquisição (1680-1744). São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

GONÇALVES, Adelto. **Gonzaga**: um poeta do Iluminismo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

GONÇALVES, Andréa Lisly. Algumas perspectivas da Historiografia sobre Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX. In **Termo de Mariana**: história e documentação. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1998. p.13-26.

_____. Alforrias na comarca de Ouro Preto. **População e Família**, v.2, p.157-180, 2001.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Dos poderes de Vila Rica do Ouro Preto: notas preliminares sobre a organização político-administrativa na primeira metade do século XVIII. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v.31, p.120-141, 2004.

_____. Desaguadouro de tensões. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, ano XLII, n.2, p.25-34, 2006

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. Famílias escravas em Minas Gerais nos inventários e registros de casamento: o caso de São José do Rio das Mortes, 1743-1850. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v.23, n.37, jan.jun.2007.

GROSSI, Ramon Fernandes. **O medo na Capitania das Minas na segunda metade do setecentos**. Belo Horizonte: UFMG, 1999a. (Dissertação, Mestrado em História).

_____. O caso de Ignácio mina: tensões sociais e práticas “mágicas” nas minas.

Varia Historia, Belo Horizonte, vol.20, p.118-131, março 1999b.

_____. Considerações sobre a arte médica na Capitania das Minas (primeira metade do século XVIII). **LPH - Revista de História**, Ouro Preto: UFOP, v. 8, p.11-26, 1998-1999.

GUIMARÃES, Carlos Magno. Agricultura e caminhos de Minas (1700-50). **Revista do Departamento de História**, Belo Horizonte, n .4, 1987, p.85-99.

_____. **Uma negação da ordem escravista**: quilombos em Minas Gerais no século XVIII. São Paulo: Ícone, 1988.

_____. Escravismo e rebeldia escrava: quilombos nas Minas Gerais do século XVIII. In SILVA, Maria Beatriz N. (org.). **Brasil**: colonização e escravidão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. p.324-338.

_____. Os cabeças e as cabeças: quilombos, liderança e degola nas Minas setecentistas. **Varia Historia**, Belo Horizonte, n.26, p. 109-131, jan.2002.

GUIMARÃES, Carlos M., e REIS, Liana Maria. Agricultura e escravidão em Minas Gerais. **Revista do Departamento de História**, Belo Horizonte, n.2, 1986.

GUIMARÃES, Maria Inês. O catálogo temático da obra de Lobo de Mesquita. In **ANAIS do IV Encontro de Musicologia Histórica**: Música religiosa na América portuguesa. Juiz de Fora: Centro Cultural Pró-Música, 2001, p.173-190.

GRAMMONT, Guiomar Maria de. **Aleijadinho e o Aeroplano**: paraíso barroco e a construção do Brasil Colonial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

HIGGINS, Kathleen J. **Licentious liberty in a Brazilian gold-mining region**. University Park/PA: Pennsylvania State University Press, 1999.

KANTOR, Iris. Tirania e fluidez da etiqueta nas Minas setecentistas, **LPH - Revista de História**. Ouro Preto, v.5, p.122-137, 1995.

_____. **Pacto festivo em Minas colonial**: a entrada triunfal do primeiro bispo na Sé de Mariana. São Paulo: IPE/USP,1996. (Dissertação, Mestrado em História).

_____. Entradas episcopais na capitania de Minas Gerais (1743 e 1748): a transgressão formalizada. In JANCSÓ, István e KANTOR, Iris. (org.). **Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa**. São Paulo: Edusp/Hucitec/

Imprensa Oficial, 2001, p.169-180

KLEIN, Herbert S. e LUNA, Francisco Vidal. Free colored in a slave society: São Paulo e Minas Gerais in the early nineteenth century. **Hispanic American Historical Review**, v.80, n.4, p.913-941, November 2000.

LANGE, Francisco Curt. A música no período colonial em Minas Gerais. In **I Simpósio de Cultura Mineira**. Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura, 1979.

LANGFUR, Harold. **The Forbidden Lands**: Frontier settlers, slaves, and Indians in Minas Gerais, Brazil, 1760-1830. Austin: Universidade do Texas, 1999. (Tese, Doutorado em História).

LARA, Silvia Hunold. Os *minas* em Minas: linguagem, domínio senhorial e etnicidade. In **História: Fronteiras**. Vol. II. Anais do XX Simpósio Nacional da ANPUH. São Paulo: Humanitas/ FFLCH-USP, 1999. p.681-688.

LEMOS, Carmem Silvia. **A justiça local**: os juízes ordinários e as devassas da Comarca de Vila Rica (1750-1808). Belo Horizonte: FAFICH-UFMG, 2003. (Dissertação, Mestrado em História).

LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação**. São Paulo: Símbolo, 1979.

LEITE, Paulo Gomes. A cultura do Tejuco no resgate do Iluminismo em Minas Gerais. **Revista Minas Gerais**, Belo Horizonte, v.14, p.22-26, março 1989a.

_____. Duas edições anônimas de d'Alembert em Diamantina. **Revista Minas Gerais**, Belo Horizonte, v.16, p.43-46, maio 1989b.

_____. Livros perigosos no Tejuco. **Revista Minas Gerais**, Belo Horizonte, v.22, p.28-32, Dez.1989c.

_____. Contestação e Revolução na Biblioteca de Vieira Couto. **Revista Minas Gerais**, Belo Horizonte, v.27, p.23, jul.1990a.

_____. Um iluminista holandês na biblioteca de Vieira Couto. **Revista Minas Gerais**, Belo Horizonte, v.32, p.24-29, Dez.1990b.

_____. A maçonaria, o Iluminismo e a Inconfidência Mineira. **Revista Minas Gerais**, Belo Horizonte, v.33, p.18-23, jan.1991.

_____. Pornografia, subversão e ateísmo na biblioteca de um cientista tejucano, **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais**, Belo Horizonte, v.XXIII, p.222-233, abril de 2000.

LEWKOWICZ, Ida. Herança e relações familiares: os pretos forros nas Minas Gerais do século XVIII. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, vol. 17, p.101-114, 1989.

_____. **Vida em família**: caminhos da igualdade em Minas Gerais (séculos XVIII e XIX). São Paulo: IPE/USP, 1992. (Tese, Doutorado em História).

LIBBY, Douglas Cole. Subsídios para a História de Minas. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Belo Horizonte, ano XLII, n.2, p.21-24, 2006.

LIBBY, Douglas Cole, e GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. Alforrias e forros em uma freguesia mineira: São José d'El Rey em 1795. **Revista Brasileira de Estudos da População**, v.17, n.1/2, p.17-46, 2000.

LIBBY, Douglas Cole, e GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. Reconstruindo a liberdade: alforrias e forros na freguesia de São José do Rio das Mortes, 1750-

1850. **Varia Historia**, Belo Horizonte, n.30, p.112-151, jul.2003.
- LIBBY, Douglas Cole e HARGREAVES, Lucy Gonçalves Fontes, MARTINS, Maria do Carmo Salazar. Inventário dos acervos documentais históricos do Estado de Minas Gerais: metodologia, resultados e diagnósticos preliminares. **Varia Historia**, Belo Horizonte, vol.22, p.183-206, jan.2002.
- LIBBY Douglas Cole e BOTELHO, Tarcísio R. Filhos de Deus: batismos de crianças legítimas e naturais na paróquia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto, 1712-1810. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v.31, p.69-97, 2004.
- LOTT, Mirian Moura. **Nas formas do ritual romano**: casamento e família nas Minas Gerais. São Paulo: Annablume, 2008.
- LUCAS, Glaura. **Os sons do Rosário**: o congado mineiro dos Arturos e Jatobá. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.
- LUCAS, Fábio. **Luzes e trevas**: Minas Gerais no século XVIII. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- LUNA, Francisco Vidal. **Minas Gerais**: escravos e senhores. São Paulo: IPE/USP, 1983.
- MACHADO, David Prado. **A Corte na Fazenda**: costumes, representações e arquitetura em Minas Gerais (1790-1850). Belo Horizonte: UFMG, 2004. (Dissertação, Mestrado em História)
- MAGALHÃES, Beatriz Ricardina. Inventários e seqüestros: fontes para a história social. **Revista do Departamento de História/UFMG**, Belo Horizonte, v.9, p.31-45, 1989.
- _____. Notas para um estudo. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v.21, p.33-41, 1999.
- _____. Evolução da economia e da riqueza na Comarca do Rio das Velhas. Capitania de Minas Gerais, 1713-1763. In **10º. Seminário sobre economia mineira**. Diamantina: CEDEPLAR, 2002. (publicação eletrônica)
- MAGALHÃES, Sônia Maria de. **A mesa de Mariana**: produção e consumo de alimentos em Minas Gerais (1750-1850). São Paulo: Annablume, 2004.
- MARTINS FILHO, Amilcar Vianna. (org.) **Compromissos de irmandades mineiras**. Belo Horizonte: Instituto Cultural Amílcar Martins, 2007.
- MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer. No exercício das atividades comerciais, na busca da governabilidade: D. Pedro de Almeida e sua rede de potentados nas minas do ouro durante as duas primeiras décadas do século XVIII. In FRAGOSO, João Luís Ribeiro; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de; ALMEIDA, C. M. C. (orgs.) **Conquistadores e negociantes**: histórias de elites no Antigo Regime nos Trópicos. América Lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 195-222.
- MAXWELL, Kenneth. **A devassa da devassa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- MAXWELL, Kenneth. As causas e o contexto da conjuração mineira. In FURTADO, Júnia F. (org) **Diálogos Oceânicos**: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001, p.389-414.
- MELLO, Christiane Figueiredo P. de. **Os Corpos de Auxiliares e de Ordenanças**

na segunda metade do Século XVIII. As capitaniais do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais e a manutenção do Império Português no Centro-Sul da América. Niterói: UFF, 2002. (Tese, Doutorado em História)

MENESES, José Newton C. O gosto e a necessidade – em torno da cozinha mineira do século XVIII. **Caderno de Filosofia e Ciências Humanas**, Belo Horizonte, anoVI, n.10, p.18-34, 1998.

_____. **O continente rústico:** abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas. Diamantina: Maria Fumaça, 2000.

_____. **Artes Fabris e Serviços Banais.** Niterói: UFF, 2003. (Tese, Doutorado em História).

MILLIET, Maria Alice. **Tiradentes:** o corpo do herói. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MIRANDA, Daniela. **Músicos de Sabará:** a prática musical e religiosa a serviço da Câmara (1749-1822). Belo Horizonte: UFMG, 2002. (Dissertação, Mestrado em História).

MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis. Na vizinhança dos grandes. **Revista do Arquivo Público Mineiro.** Belo Horizonte, ano XLII, n.2, p.107-118, 2006

MÓL, Cláudia Cristina. **Mulheres forras:** cotidiano e cultura material em Vila Rica (1750-1800). Belo Horizonte: FAFICH-UFMG, 2002. (Dissertação, Mestrado em História)

MOTT, Luiz. **Rosa Egipciaca,** uma santa africana no Brasil. Rio de Janeiro: Bertrand, 1993.

_____. Pedofilia e pederastia no Brasil antigo. In PRIORE, Mary Del. (org.) **História da criança no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1996. p.44-60.

_____. Cotidiano e vivência religiosa: entre a capela e o calundu. In SOUZA, Laura de Mello e. **História da vida privada:** cotidiano e vida privada no Brasil. v.1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p.155-220;

MONTEIRO, Maurício Mário. **João de Deus de Castro Lobo e as práticas musicais nas associações religiosas de Minas Gerais:** 1745-1832. São Paulo: FFLCH-USP, 1995. (Dissertação, Mestrado em História).

MONTEIRO, Rodrigo Bentes. **O rei no espelho:** a monarquia portuguesa e a colonização da América. São Paulo: Hucitec, 2003.

MYRUP, Erik Lars. To rule from afar: Brazil in the making of Portugal's overseas council. In **Imperial (re)visions:** Brazil and the portuguese seaborne empire. New Haven: Yale University, 2002. (working paper – mimeo).

OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. **O santuário de Congonhas e a arte do Aleijadinho.** Edições Dubolso, sd.

OLIVEIRA JUNIOR, Paulo Cavalcanti de. **Negócios de trapaça:** caminhos e descaminhos na América Portuguesa. São Paulo: FFLCH-USP, 2002. (Tese, Doutorado em História).

PACÍFICO FILHO, Miguel. **Práticas sociais dos homens negros em Minas Gerais da América portuguesa.** Assis: FCL, 2004. (Doutorado em História).

PAES, Maria Paula Dias Couto. **Teatro do controle, prudência e persuasão nas Minas do Ouro.** Belo Horizonte: UFMG, 2000. (Mestrado em História).

PAIVA, Eduardo França. **Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII:** estratégias de resistência através dos testamentos. São Paulo: Annablume, 1996.

_____. **Escravidão e universo cultural na Colônia:** Minas Gerais, 1716-1789. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001a.

_____. Celebrando a alforria: Amuletos e práticas culturais entre as mulheres negras e mestiças do Brasil. In JANCSÓ, István; KANTOR, Iris. (orgs.) **Festa:** Cultura e Sociabilidade na América portuguesa. São Paulo, 2001b, v. 2, p.505-518.

_____. Pelo justo valor e pelo amor de Deus: as alforrias nas Minas. In PAIVA, Clotilde Andrade; LIBBY, Douglas Cole. (orgs.) **20 anos do Seminário sobre a Economia Mineira:** 1982-2002: Coletânea de trabalhos, 1982-2000. Belo Horizonte, 2002a, v. 2, p.313-341.

_____. Bateias, carumbés, tabuleiros: mineração africana e mestiçagem no Novo Mundo. In ANASTASIA, Carla M. J. e PAIVA, Eduardo F. (orgs.). **O Trabalho mestiço:** maneiras de pensar e formas de viver - séc. XVI a XIX. São Paulo, 2002b, p.187-207.

PANTOJA, Selma. A dimensão atlântica das quitandeiras. In FURTADO, Júnia F. (org.) **Diálogos oceânicos:** Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001, p.45-67.

PARRELA, Ivana Denise. **O teatro das desordens:** garimpo, extravio, contrabando e violência na ocupação da Serra de Santo Antônio do Itacambiruçu – 1768-1800. Belo Horizonte: UFMG, 2002. (Dissertação, Mestrado em História).

PAULA, João Antônio. de. **O Prometeu do sertão:** economia e sociedade da capitania das Minas do Mato Dentro Gerais. São Paulo: FFLCH-USP, 1988. (Tese, Doutorado em História Econômica).

PEREIRA, Ana Luiza de Castro. **O sangue, a palavra e a lei:** faces da ilegitimidade na Vila de Sabará setecentista (1700-1770). Belo Horizonte: UFMG, 2004. (Dissertação, Mestrado em História).

PEREIRA, Marcos Aurélio de Paula. **O cativeiro e a messe nas terras do ouro: escravidão e catolicismo nas Minas Coloniais:** 1700-1764. Belo Horizonte: UFMG, 2002. (Dissertação, Mestrado em História).

PINJING, Ernest. *Controlling contraband: mentality, economy and society in Eighteenth century.* Baltimore: Johns Hopkins, 1997. (Tese, Doutoramento em História)

PIRES, Maria do Carmo. **Juízes e infratores:** o tribunal Eclesiástico do Bispado de Mariana (1748-1800). São Paulo: Annablume, 2008.

_____. O provimento da ordem. **Revista do Arquivo Público Mineiro.** Belo Horizonte, ano XLII, n.2, p.67-80, 2006.

PIRES, Maria Do Carmo; CHAVES, C. M. G.; MAGALHAES, S. M. **Casa de Vereança de Mariana:** 300 anos de História da Câmara Municipal. Ouro Preto: Ed.UFOP, 2008

POLITO, Ronald. **Um coração maior que o mundo:** Tomás Antônio Gonzaga e o horizonte luso-colonial. Rio de Janeiro: Globo, 2004.

PRAXEDES, Vanda Lúcia. **A teia e a trama da ‘fragilidade humana’**: os filhos ilegítimos em Minas Gerais, 1770-1840. Belo Horizonte: UFMG, 2003. (Dissertação, Mestrado em História).

PRIORE, Mary del. **A mulher na história do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1989. (Col. Repensando a História).

_____. **Festas e utopias no Brasil colônia**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. Crianças das Geraes entre o século XVIII e XIX: uma moeda, várias caras. In RESENDE, Maria Efigênia e VILLALTA, Luís Carlos. (orgs.) **História de Minas Gerais**: as Minas setecentistas. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, v.2, 505-518.

QUEIROZ, Sônia. **Pé preto em barro branco**: a língua dos negros da Tabatinga. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

RAMOS, Donald. **A social history of Ouro Preto**: 1695/1726. 2 vol. Miami: The University of Florida, 1972. (Tese, Doutorado em Filosofia).

_____. Marriage and family in colonial Vila Rica. **Hispanic American Review**, North Carolina, v. 55, p.200-225, 1975.

_____. City and country: the family in Minas Gerais, 1804-1838. **Journal of Family History**, v.3, n.4, p.361-375, 1978.

_____. A mulher e a família em Vila Rica do Ouro Preto: 1754-1838. In NADALIN, S.O et allii. **História e população**: estudos sobre a América Latina. São Paulo: Fundação SEADE, 1990. p.154-163.

_____. Single and married women in Vila Rica, Brazil, 1754-1838. **Journal of Family History**, Minneapolis, v.16, n.3, p.261-281, 1991.

_____. A influência africana e a cultura popular em Minas Gerais: um comentário sobre a interpretação da escravidão. In SILVA, Maria Beatriz N. (org) **Brasil**: colonização e escravidão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. p.142-162.

_____. Teias sagradas e profanas: o lugar do batismo e do compadrio na sociedade de Vila Rica durante o século do ouro. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v.31, p.41-68, 2004.

REIS, Liana Maria. Mulheres de ouro: as negras de tabuleiro nas Minas Gerais no século XVIII. **Revista do Departamento de História – UFMG**, Belo Horizonte, v.9, p.86-95, 1990.

_____. **Por ser público e notório**: escravos urbanos e criminalidade na capitania de Minas (1720-1800). São Paulo: FFLCH-USP, 2002. (Tese, Doutorado em História).

_____. Minas armadas: escravos, armas e política de desarmamento na capitania mineira setecentista. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v.31, p.166-188, 2004.

_____. Meios e modos de prender e encarcerar. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Belo Horizonte, ano XLII, n.2, p.81-90, 2006.

RENGER, Friedrich. O quinto do ouro no regime tributário nas Minas Gerais. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Belo Horizonte, ano XLII, n.2, p.91-106, 2006.

- RESENDE, Maria Efigênia e VILLALTA, Luís Carlos. (orgs.) **História de Minas Gerais: as Minas setecentistas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, 2v.
- RESENDE, Maria Leônia Chaves de. Minas Mestiça: índios coloniais em busca da liberdade no século do ouro. **Cahiers des Amériques Latines**, França/Paris, v.44, p.61-76, 2004.
- _____. Minas dos Cataguases: Entradas e Bandeiras nos sertões do Eldorado. **Varia História**, Belo Horizonte, v.33, p.186-202, 2005.
- _____. **Gentios brasílicos**: índios coloniais nas Minas Gerais do século do ouro. São Paulo: Hucitec, 2008.
- RESENDE, Maria Leônia Chaves de; LANGFUR, Harold. Minas Gerais indígena: a resistência dos índios nos sertões e nas vilas de El-Rei. **Tempo**. Revista do Departamento de História da UFF, v.23, p.1-20, 2008.
- RIBAS, Marcos Caetano. **A história do caminho do ouro em Paraty**. Paraty: Contest Produções Culturais, 2003.
- RIBEIRO, Márcia Moisés. **A ciência dos trópicos**: a arte médica no Brasil do século XVIII. São Paulo: Hucitec, 1997.
- RODRIGUES, André Figueiredo. **Um potentado na Mantiqueira**: José Aires Gomes e a ocupação da terra na Borda do Campo. São Paulo: FFLCH-USP, 2002a. (Dissertação, Mestrado em História).
- _____. **O clero e a conjuração mineira**. São Paulo: Humanitas/ FFLCH-USP, 2002b.
- ROMEIRO, Adriana. Confissões de um falsário: as relações perigosas de um governador nas Minas. In *História: Fronteiras*. Vol. I. **Anais do XX Simpósio Nacional da ANPUH**. São Paulo: Humanitas/ FFLCH-USP, 1999, p.321-335.
- _____. **Um visionário na Corte de D. João V**. Belo Horizonte: UFMG, 2001.
- _____. Guerra dos emboabas: novas abordagens e novas interpretações. In VILLALTA, Luiz Carlos; RESENDE, Maria Efigênia Lage. (orgs.). **História de Minas Gerais Minas setecentistas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, v. 1, p. 35-70.
- _____. **Paulistas e emboabas no coração das Minas**: idéias práticas e imaginário político no século XVIII. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.
- ROMEIRO, Adriana e BOTELHO, Ângela Vianna. **Dicionário Histórico das Minas Gerais** – período colonial. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- RUSSELL-WOOD, A.J.R. O governo local na América portuguesa: um estudo de divergência cultural. **Revista de História** - USP, ano 25, v.55, p.25-80, 1977.
- _____. **The black man in slavery and freedom in colonial Brazil**. New York: St. Martin's Press, 1982.
- _____. The gold cycle. In BETHELL, Lealie (Org.). **Colonial Brazil**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- _____. Fronteiras no Brasil colonial. **Oceanos**, Lisboa, n.40, p.8-20, out./dez.1999.
- SANTIAGO, Camila Fernanda. **A Vila Rica em festas**: celebrações promovidas pela Câmara de Vila Rica – 1711-1744. Belo Horizonte: C/Arte, 2003.

_____. Os gastos do senado da Câmara de Vila Rica com festas: destaque para *Corpus Christi* (1720-1750). In JANCSÓ, István; KANTOR, Iris. (orgs.) **Festa**: Cultura e Sociabilidade na América portuguesa. São Paulo, 2001.v. 2, p. 487-01.

SANTOS, Márcio. **Estradas reais**: introdução ao estudo dos caminhos do ouro e do diamante no Brasil. Belo Horizonte: Editora Estrada Real, 2001.

SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. **Bandeirantes paulistas no sertão do São Francisco e do Verde Grande**: 1688-1732. Belo Horizonte: FAFICH-MG, 2004. (Dissertação, Mestrado em História).

SCARANO, Julita. **Devoção e escravidão**: a irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no distrito diamantino no século XVIII. São Paulo: Ed. Nacional, 1978.

_____. Criança esquecida das Minas Gerais. In PRIORE, Mary del. (org.) **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999, p.107-136.

SILVA, Célia Nonata da. **A teia da vida**: violência interpessoal nas minas setecentistas. Belo Horizonte: UFMG, 1998. (Dissertação, Mestrado em História).

_____. **Territórios de mando**: banditismo em Minas Gerais, século XVIII. Belo Horizonte: Crisálida, 2004.

SILVA, Flávio Marcus da. **Subsistência e poder**: a política do abastecimento alimentar nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Um brasileiro nas malhas da Inquisição: o mineiro José Joaquim Vieira Couto e a Maçonaria. In **Cultura portuguesa na Terra de Santa Cruz**. Lisboa: Editorial Estampa, 1995, p.249-264.

SILVA, Vera Alice Cardoso. Aspectos da função política das elites na sociedade colonial brasileira. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v.31, p.97-119, 2004.

SILVEIRA, Marco Antonio. **O universo do indistinto**: estado e sociedade nas Minas setecentistas (1735-1808). São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **Fama pública**: poder e costume nas Minas setecentistas. São Paulo: FFLCH-USP, 2000. (Tese, Doutorado em História).

SOARES, Mariza de Carvalho. Os mina em Minas: tráfico atlântico, redes de comércio e etnicidade. In **História: Fronteiras**. Vol. II. Anais do XX Simpósio Nacional da ANPUH. São Paulo: Humanitas/ FFLCH-USP, 1999. p.689-695.

SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do ouro**: a pobreza mineira no século XVIII. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

_____. **O diabo e a terra de Santa Cruz**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. Tensões sociais em Minas na segunda metade do século XVIII. In NOVAIS, Adauto. **Tempo e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p.347-366.

_____. D. Pedro de Almeida Portugal e a revolta de 1720 em Vila Rica. In SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Cultura portuguesa na Terra de Santa Cruz**. Lisboa: Editorial Estampa, 1995, p.193-213.

_____. O senado da câmara e as crianças expostas. In PRIORE, Mary Del. (org.) **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1996, p.28-43.

- _____. **Norma e conflito:** aspectos da história de Minas no século XVIII. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- _____. Coartação: problemática e episódios referentes a Minas Gerais no século XVIII. In SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (org.) **Brasil:** colonização e escravidão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. p. 275-295.
- _____. **Desclassificados do ouro:** a pobreza mineira no século XVIII. 2^a.ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004.
- _____. **O sol e a sombra:** política e administração na América portuguesa do século XVIII. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- SOUZA, Maria Elisa de Campos. **Administração, justiça e relações de poder:** ouvidorias de comarcas nas minas setecentistas. Niterói: UFF, 2000. (Dissertação, Mestrado em História).
- SOUZA, Marina de Mello e. **Reis negros no Brasil escravista:** história da festa de coroação de rei Congo. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.
- SOUZA, Rafael de Freitas. **Combate nas Luzes:** a recepção e leitura do *Recueil* pelos Inconfidentes mineiros. Belo Horizonte: UFMG, 2004. (Dissertação, Mestrado em História).
- STUMPF, Roberta Giannubilo. **Filhos da Minas, americanos e portugueses:** identidades coletivas na capitania das Minas Gerais (1763-1792). São Paulo: FFLCH-USP, 2001. (Dissertação, Mestrado em História).
- TERMO de Mariana:** história e documentação. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1998.
- TRINDADE, Jaelson Bitran. **A produção da arquitetura nas Minas Gerais na província do Brasil.** São Paulo: FFLCH-USP, 2002. (Doutorado em História).
- TUGNY, Rosângela Pereira. O inventário do Acervo Curt Lange da UFMG: contribuições para uma ética da pesquisa de campo em musicologia. In **ANAIIS do IV Encontro de Musicologia Histórica:** Música religiosa na América portuguesa. Juiz de Fora: Centro Cultural Pró-Música, 2001. p.262-276.
- VAINFAS, Ronaldo. Sodomia, amor e violência nas Minas setecentistas. In RESENDE, Maria Efigênia e VILLALTA, Luís C. (orgs.) **História de Minas Gerais:** as Minas setecentistas. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, v.2, p.519-30.
- VALADARES, Virgínia Maria Trindade. **A sombra do poder:** Martinho de Melo e Castro e a administração da Capitania de Minas Gerais (1770-1795). São Paulo: Hucitec, 2006.
- _____. **Elites mineiras setecentistas:** conjugação de dois mundos (1700-1800). Lisboa: Colibri, 2004.
- VENÂNCIO, Renato Pinto. A riqueza do senhor: a criança escrava em Minas Gerais do século XIX. **Estudos Afro-asiáticos**, CEAA, v.18, n.1, p.97-108, 1991.
- _____. **Atlas Histórico de Minas Gerais:** economia, sociedade e mentalidades nos séculos XVIII e XIX. Ouro Preto, UFOP, v.1, n.2, p.8 - 9, 1994.
- _____. Os pequenos proprietários de escravos em Passagem de Mariana: as listagens de 1723 e 1727. **ANAIIS** do 7º. Seminário sobre Economia Mineira. Diamantina: CEDEPLAR/FACE/UFMG, 1995, p.239-246.
- _____. Cativos do Reino: a importação de escravos de Portugal para Minas

Gerais colonial. In SILVA, Maria Beatriz N. (org.) **Brasil**: colonização e escravidão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000a, p.211-220.

_____. Família e abandono de crianças em uma comunidade camponesa de Minas Gerais, 1775-1875. **Diálogos**. Maringá , v.4, n.4, p.111 - 123, 2000b.

VERSIANI, Carlos. **Cultura e autonomia em Minas Gerais**: construção do ideário não-colonial – 1768-1888. São Paulo: FFLCH-USP, 1996. (Dissertação, Mestrado em História).

VILLALTA, Luís Carlos. O diabo na livraria dos inconfidentes. In NOVAIS, Adaulto. (org.) **Tempo e história**. São Paulo: Cia das Letras, 1992. p.367-395.

_____. **A torpeza diversificada dos vícios**: celibato, concubinato e casamento no mundo dos letrados de Minas Gerais (1748-1801). São Paulo: FFLCH-USP, 1993. (Dissertação, Mestrado em História).

_____. Os Clérigos e os Livros nas Minas Gerais da segunda metade do século XVIII. **Acervo**: Revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v.8, n.1-2, p.19-52, 1995.

_____. **Reformismo ilustrado, censura e práticas de leitura**: usos do livro na América Portuguesa. São Paulo: FFLCH-USP, 1999. (Tese, Doutorado em História).

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Gomes Ferreira e os simples da terra: experiências sociais dos cirurgiões no Brasil In FURTADO, Júnia Ferreira. (org.)

Erário Mineral de Luís Gomes Ferreira. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2001. v.1, p.107-149. (Coleção Mineiriana)

161

Coletâneas não específicas de interesse:

BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia Amaral. (org.) **Modos de Governar**: idéias e práticas políticas no Império Português (séc. XVI a XIX). São Paulo: Alameda, 2005.

DUTRA, Eliana Freitas; MOLLIER, Jean-Yves. (orgs.) **Política, nação e edição**: o lugar dos impressos na construção da vida política, Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX. São Paulo: Editora Annablume, 2006.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de; ALMEIDA, C. M. C. (orgs.) **Conquistadores e negociantes**: histórias de elites no Antigo Regime nos Trópicos. América Lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo; SAMPAIO, A. C. Jucá de; CAMPOS, Adriana Pereira. (orgs.) **Nas rotas do império**: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português. Lisboa: Instituto de Investigações Científicas e Tropicais/ Vitória: EDUFES, 2006

FURTADO, Júnia Ferreira e LIBBY, Douglas Cole. (orgs.) **Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX**. São Paulo: Editora Annablume, 2006. (Coleção Olhares).

FURTADO, Júnia Ferreira. (org.) **Sons, formas, cores e movimentos na modernidade atlântica**: Europa, Américas e África. São Paulo: Annablume, 2008.

- JANCSÓ, István e KANTOR, Iris. (orgs.) **Festa**: cultura e sociabilidade na América Portuguesa. São Paulo: Edusp/Hucitec/Imprensa Oficial, 2001.
- PAIVA, Eduardo França e ANASTASIA, Carla Maria Junho. (org.) **O trabalho mestiço**: maneiras de pensar e formas de viver - séculos XVI e XIX. São Paulo: AnnaBlume, 2002.
- PAIVA, Eduardo França. (org.) **Brasil-Portugal**: sociedades, culturas e formas de governar no mundo português (séculos XVI-XVIII). São Paulo: Editora Annablume, 2006.